

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Carolina Lirani Mazarini

A AMOALUZ NA SENDA DAS REDES DA INDIGNAÇÃO:

Periferia/Centro na metrópole de São Paulo

MARÍLIA

2017

ANA CAROLINA LIRANI MAZARINI

A AMOALUZ NA SENDA DAS REDES DA INDIGNAÇÃO:

Periferia/Centro na metrópole de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia Urbana.

Linha de pesquisa: Pensamento social e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Edemir de Carvalho

MARÍLIA

2017

Mazarini, Ana Carolina Lirani.

M475a A Amozul na senda das redes da indignação:
periferia/centro na metrópole de São Paulo / Ana Carolina
Lirani Mazarini. – Marília, 2017.
99 f. ; 30 cm.

Orientador: Edemir de Carvalho.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 96-99

1. Movimentos sociais. 2. Planejamento urbano. 3.
Políticas públicas. 4. cidades e vilas. I. Título.

CDD 3004.250981

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CAROLINA LIRANI MAZARINI

A AMOALUZ NA SENDA DAS REDES DA INDIGNAÇÃO:

Periferia/Centro na metrópole de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia Urbana.

Linha de pesquisa: Pensamento social e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Edemir de Carvalho
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Prof. Dr. Luís Antonio Francisco de Souza
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Prof. Dr. Rodolfo de Arruda
Universidade Estadual da Grande Dourados.

SUPLENTES

Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti
Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Prof. Dr. Ricardo Hernan Medrano
Universidade Mackenzie

Marília, 20 de Janeiro de 2017.

In memoriam

Ao meu avô Roque,
que sempre se manteve presente, que é parte de tudo que sou e que, mesmo depois de partir,
permanece aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha mãe, Ana Regina, por toda dedicação a mim. Sem ela, sem seus respaldos emocionais e financeiros, certamente essa qualificação, assim como o restante da pós-graduação, não estaria acontecendo.

Agradeço também aos meus avós, Ana Luiza e Roque, que, juntamente com o restante da família, sempre estiveram presentes da maneira que foi possível a eles, tornando esses seis anos longe de casa os menos dolorosos possíveis.

Agradeço também ao meu grande professor Edemir, por toda a paciência, todo cuidado e toda a atenção que vem dando ao longo de todo esse trabalho. Sem ele, certamente essa dissertação não seria possível.

Ao Guilherme, vulgo Mosquito, meu marido, meu melhor amigo, meu companheiro, um dos meus alicerces em todo esse processo. Toda sua paciência, seus conselhos, suas colocações vêm me ajudando, seja no que tange à metodologia e às teorias, como também emocionalmente, sendo o suporte que me manteve em pé.

Ao CNPq, que me concedeu uma bolsa de estudos.

Agradeço ainda a todos os amigos que fiz ao longo desses seis anos: esses, certamente irão continuar em meu coração e nas minhas melhores lembranças. Aos professores que ajudaram na minha formação e ao pessoal da biblioteca, pessoas sempre atenciosas que me auxiliaram demais e que hoje são consideradas amigas.

RESUMO

O planejamento urbano contemporâneo trouxe para a pauta uma nova morfologia de cidade: a chamada cidade global, que, por meio de operações urbanas e projetos de requalificação, redefine os espaços públicos urbanos visando um mercado consumidor que tem como interesse chave a consolidação dos fluxos econômicos e de comunicação necessários aos mercados financeiros. A cidade de São Paulo, ao adentrar nessa mesma lógica, trouxe para a cidade e, no caso aqui estudado, para o centro da cidade, operações e projetos como o projeto Nova Luz, que surgiu com o intuito de proporcionar, por meio da especulação imobiliária, a retomada do centro para as classes mais altas paulistanas e para o capital estrangeiro –deixando sua atual população, a maioria moradores de baixa renda, fora dos planos da prefeitura para a região. Como uma força externa e ameaçadora, o projeto fez surgir no centro de São Paulo novas sociabilidades entre os diversos atores coletivos presentes na região. Através de uma rede de associativismo civil, esses atores formaram uma associação intitulada Amoaluz, com o intuito de confrontar com o poder público e estabelecer resistências políticas e culturais aos projetos oficiais, para assim construir um projeto de renovação urbana menos espoliador. Tomando como características as novas tendências de mobilização contemporâneas, a associação se formou a partir da solidariedade de múltiplos atores e construiu pautas que abrangeram várias demandas sociais, porém, carregando consigo uma fragilidade temporal característica dos movimentos oriundo dessa nossa modernidade líquida. Assim, por meio de uma descrição densa da associação e da análise das conjunturas sociopolíticas, este trabalho pretende analisar as novas sociabilidades que surgiram dentro do bairro, com o intuito de conseguir captar a natureza dessas novas redes de associativismo civil e seus impactos em termos de alterações políticas e sociais, tendo como base teórica a corrente francesa dos estudos de movimentos sociais.

Palavras-chaves: Movimentos sociais urbanos. Ator social. Ação coletiva. Associativismo civil. Redes de indignação. Planejamento urbano.

ABSTRACT

Contemporary urban planning has brought to the fore a new morphology of the city: the so-called global city which, through urban operations and redevelopment projects, redefines urban public spaces aimed at a consumer market whose key interest is the consolidation of the economic and communication flows necessary for the financial markets. The city of São Paulo, when entering the same logic, brought to the city and, in the case studied here, to the center of the city, operations and projects such as the Nova Luz project, which arose with the purpose of providing, through real estate speculation, the resumption of the center to the upper classes of São Paulo and to foreign capital – leaving its current population, mostly low-income residents, outside the city's plans for the region. As an external and threatening force, the project brought new sociabilities among the various collective actors present in the region in the center of São Paulo. Through a network of civil associations, these actors formed an association called Amoaluz, with the purpose of confronting with the public power and establishing political and cultural resistance to the official projects, in order to build a project of urban renewal less spoiling. Taking as characteristics the new tendencies of contemporary mobilization, the association was formed from the solidarity of multiple actors and constructed guidelines that covered several social demands, but, carrying with it a temporal fragility characteristic of the movements originated from our liquid modernity. Thus, through a dense description of the association and analysis of sociopolitical conjunctures, this work intends to analyze the new sociabilities that emerged within the neighborhood, in order to capture the nature of these new civil associative networks and their impacts in terms of political and social changes, having as theoretical basis the French course of studies of social movements.

Keywords: Urban social movements. Social actor. Collective action. Civil association. Networks of indignation. Urban planning.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa da localização das ocupações dos movimentos de moradia	34
FIGURA 2: Mapa dos setores que correspondem ao projeto Nova Luz	40
FIGURA 3: “Papo com Megafone” com Paula Ribas para mobilizar o dia da audiência pública	67
FIGURA 4: Moradores e lojistas à espera do início da Audiência Pública na Fatec	67
FIGURA 5: Panfleto distribuídos na área da região da Luz	68
FIGURA 6: Reunião com os moradores do bairro da Luz sobre o projeto Nova Luz	68
FIGURA 7: Reunião e apresentação do deputado estadual Luiz Claudio Marcolino	69
FIGURA 8: Sala do debate na Casa da Cidade	69
FIGURA 9: A Amoaluz teve fala para contar a construção da associação e as ações junto à comunidade local	70
FIGURA 10: Paula Ribas apresenta o blog cidadão <i>Apropriação da Luz</i> e fala sobre o movimento de moradia da região central de SP dentro do projeto Nova Luz	71
FIGURA 11: O plenário estava cheio com vários representantes diretamente afetados pelo projeto Nova Luz. Ao centro, Paula Ribas fala em prol da moradia, da ZEIS, e questiona sobre a falta de um encaminhamento com relação aos dependentes químicos da região da Luz e Santa Ifigênia	71
FIGURA 12: Banner cessão de cinema aberta.....	72
FIGURA 13: Reunião no espaço Nova Luz no dia 03 de maio de 2011. Início da reunião para debater o comitê gestor de ZEIS	72
FIGURA 14: Apresentação da Amoaluz no seminário do CCBB no terceiro dia de evento. Paula Ribas apresenta as ações da associação de moradores e amigos junto à comunidade e as intervenções já realizadas. Na apresentação, a ação "Papo com Megafone", intervenção para dialogar com moradores do bairro	73
FIGURA 15: Reunião pública dos conselheiros de ZEIS 3 da Santa Ifigênia do projeto Nova Luz	73
FIGURA 16: Paula Ribas ergue a imagem da Santa Ifigênia, a santa da casa própria. Manifestantes na Praça da Sé são contra desapropriação em SP	74
FIGURA 17: Paula Ribas com o megafone em mãos realizando mais um bate-papo com megafones	75
FIGURA 18: Haddad na mesa que debateu sobre especulação imobiliária e direito à moradia, com Carlos Zarattini, Paula Ribas, Roberto Araújo e Kazuo Nakano	76

FIGURA 19: Momento da votação. Apenas os conselheiros da prefeitura votaram a favor da minuta sem ter sido discutida e respondida	77
FIGURA 20: Reunião na Mauá com os conselheiros de moradia do CG de ZEIS 3 e representantes Nova Luz	77
FIGURA 21: Entrevista casa Fora do Eixo.....	78
FIGURA 22: Ato de ambulantes em causa do comércio popular.....	78
FIGURA 23: Amoaluz participa de debate na Unicamp	79
FIGURA 24: Reunião com os movimentos de moradia para discutir a revisão do plano diretor da cidade de SP	80
FIGURA 25: Telão da apresentação durante palestra no teatro	81
FIGURA 26: Banner ciclo de debates.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Abordagem metodológica	17
1.2 Abordagem teórica	19
1.2.1 <i>Tradição europeia da teoria dos novos movimentos sociais</i>	19
1.2.2 <i>Redes de novos movimentos sociais</i>	23
2 Intervenções urbanas no centro da cidade de São Paulo	27
2.1 São Paulo: cidade global	27
2.2 O centro de São Paulo	30
2.3 Intervenções na região central de São Paulo	35
3 O projeto Nova Luz e a Associação Amoaluz	39
3.1 O projeto Nova Luz	39
3.2 Associação Amoaluz	44
3.2.1 <i>Os atores da Amoaluz</i>	60
3.2.2 <i>As ideias e o movimento da Amoaluz</i>	63
3.2.3 <i>Cronologia da Associação Amoaluz</i>	66
3.3 Percursos etnográficos	83
3.4 O caso da Associação Amoaluz	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

A ascensão dos meios tecnológicos e a mobilidade do capital trouxeram consequências para o modo de se pensar e planejar as cidades modernas. A partir da década de 90, surge uma nova tipologia de cidade, pensada para dar suporte aos novos meios de comunicação e capaz de atender a necessidade de um mercado financeiro. São as chamadas cidades globais, formas concebidas dentro do planejamento estratégico urbano com o intuito de se pensar os espaços públicos como espaços de fluxo e de grande atrativo para os investimentos internacionais.

A cidade de São Paulo foi incluída nessa tendência de reestruturação da cidade. Operações, como a operação Urbana Anhangabaú, de 1991, e a operação Urbana Centro, de 1997, evidenciam políticas urbanas que priorizam a apropriação dos espaços públicos aos interesses do capital, excluindo desses espaços seus potenciais agregadores e democráticos. Com grande interesse pelo centro da capital paulista, essas operações trouxeram grandes impactos sociais para a região ao tentar modificar os perfis populacionais, econômicos e culturais da região, evidenciando o caráter de exclusão que esses projetos carregam em suas “entrelinhas”.

Dentre esses projetos e operações urbanas, destacamos o projeto Nova Luz, que teve início durante a gestão do prefeito José Serra. Apresentou-se como um projeto de renovação urbana justificado sobre a “urgência social” de se resolver problemas ligados à Cracolândia, com o intuito de se eliminar locais de consumo e tráfico de drogas para a resolução da deterioração do centro. O projeto pode ser considerado como resultado de uma sequência de tentativas, do governo do Estado e da prefeitura, de retomar o centro – aqui, retomar no sentido de captar de volta para o centro os interesses das camadas mais altas paulistanas e, consequentemente, os interesses da especulação imobiliária, das empresas privadas e do capital.

O projeto Nova Luz apresenta três diretrizes principais: viabilização de espaços públicos, atrair novos moradores e empregos para a área central e implantar programas desejados para o perímetro – deixando explícita a necessidade de se demolir edificações para a construção de novas, voltadas para os objetivos acima citados. Vindo como uma força externa ao bairro, que colocava em risco a permanência de moradores, inquilinos, ocupações e comércios, o projeto Nova Luz fez emergir novas sociabilidades para dentro do bairro.

Os moradores e comerciantes, ao se depararem com o risco da não permanência dentro do bairro, começaram a construir ações e questionamentos coletivos que levaram a uma inusitada cooperação entre diferentes e plurais atores presentes no centro de São Paulo. Esses atores começaram a se reunir e dialogar sobre o projeto Nova Luz, na tentativa de se achar formas de serem incluídos no processo de planejamento do projeto, como também assegurar suas permanências dentro do bairro, após ele sofrer o processo de renovação.

Como primeira tarefa, o pequeno grupo saiu às ruas do centro da cidade, com megafones e panfletos, com o objetivo de esclarecer a população sobre o que era o projeto Nova Luz, quais eram seus reais objetivos, e mostrar a importância de se fortalecer uma rede de cooperação entre a população do centro de São Paulo, para a construção de um diálogo com o poder público a respeito da formulação do projeto e de seu planejamento. Com as contínuas ações e tentativas de se conscientizar a população sobre as demolições e as primeiras intervenções que começaram a ocorrer no bairro, a rede de cooperação começou a se ampliar.

Mais atores, associações e movimentos tradicionais do centro de São Paulo entraram nessa rede de associativismo civil e o aumento de colaboradores fez surgir a Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz (Amoaluz). O grupo, que se autodenomina grupo de resistência ao projeto Nova Luz, tem o intuito de discutir e propor um centro de São Paulo melhor e mais humanizado. Com reuniões entre seus diferentes atores, manifestações e ações políticas planejadas e organizadas de forma horizontalizada, a associação promoveu forte pressão social, conseguindo a criação de um conselho gestor de ZEIS 3¹, do projeto Nova Luz.

Esse foi o primeiro conselho fundado no país, em junho de 2011, para debater moradias já urbanizadas. Para sua formação, foi apresentada na Prefeitura de São Paulo uma proposta para a criação desse conselho gestor. O conselho busca dialogar e trazer questões ao projeto no que tange às questões ligadas à qualidade de vida, equilíbrio, otimização dos espaços públicos e questões ligadas à sustentabilidade. Um mecanismo democrático que, desde a sua formação, encontrou resistências dos órgãos públicos, causado pela falta de inclusão e transparência em todo o projeto de construção e execução do projeto Nova Luz.

¹ Zona especial de interesse social: porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de Habitações de Interesse Social – HIS ou do Mercado Popular - HMP, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local. ZEIS 3: terrenos ou imóveis subutilizados em áreas com infraestrutura urbana, serviços e oferta de emprego (geralmente na região central), nos quais se propõe a produção e reforma de moradias para a habitação de interesse social, assim como de mecanismos de alavancagem de atividades de geração de emprego e renda.

Os constantes embates promovidos pelo conselho, juntamente com as contínuas ações e mobilizações promovidas pela rede de atores, fizeram com que o planejamento e a continuidade do projeto fossem interrompidos em diversas situações, sejam por questões de discussões políticas ou por liminares que corriam na justiça. Com o fim da gestão 2010/13 e o início da gestão 2013/16, houve o engavetamento do projeto Nova Luz e a iniciativa de se pensar um projeto de requalificação da região de menor impacto social.

Com o engavetamento, percebeu-se um refluxo da rede formada. Os diferentes atores voltaram a atuar apenas nas associações e movimentos sociais de origem, porém, deixando transparecer que, ao sinal de uma nova tentativa de requalificação do centro de São Paulo, sem qualquer estudo dos impactos sociais, excluindo a população atual presente no bairro, a rede novamente poderá ser formada até não houver mais a necessidade de ações coletivas com o intuito de se buscar um plano de melhoria do centro mais democrático.

A rede de associativismo civil que se formou no centro de São Paulo, em virtude do projeto de requalificação urbana Nova Luz, levou ao surgimento de um novo modo de se organizar politicamente na região que, com o auxílio dos instrumentos digitais, como as redes sociais, conseguiram criar sociabilidades e ações coletivas entre uma gama múltipla de atores sociais. Novo modelo que busca estabelecer um novo equilíbrio de forças com o Estado, nas relações entre governo e sociedade civil. Assim, atuando mais diretamente no seio da sociedade civil, esses novos movimentos representam a possibilidade de fortalecimento da sociedade civil perante as formas tradicionais do agir político.

A partir das últimas décadas do século XX, ações coletivas organizadas por meios de associações, redes civis e por grupos de pressão, contestações e disputas políticas, vêm pautando as agendas das lutas sociais como uma nova aliança no caminho para mudanças sociais. Geralmente, essas ações se originam de crises nas condições de vida e na desconfiança nas instituições políticas, levando a população a se envolver em ações coletivas fora dos canais de discussão política institucionalizados. São movimentos políticos que, desencadeados por processos de ações comunicativas, proporcionam indivíduos entusiasmados que, conectados em redes, tendem a superar os medos, transformando-se em atores coletivos.

Nas últimas décadas, com os avanços da internet, o uso das redes sociais para essas articulações se tornou imprescindível. Partindo dos estudos da autora Maria Gloria Gohn (2012), podemos identificar essas ações como parte de um novo modelo de movimento social presentes nas últimas décadas, conhecidos como novos movimentos sociais na era global. Esses

movimentos são parte das forças sociais existentes dentro de nossas novas estruturas organizacionais e comunicativas, frutos de uma organização social, e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por conquistas de poder, mas sim por conquistas de direitos.

Esses novos movimentos, aqui analisados, teriam o papel mais de agente de pressão social do que de ator principal das transformações sociais e políticas propriamente ditas. Ao mesmo tempo, esses movimentos são forças culturais indispensáveis. Suas lutas podem significar uma reposição da ordem. Uma concepção que se fundamenta na ideia de que a produção da sociedade e da história é produzida em termos de ação coletiva, e seus principais agentes são os movimentos sociais. Portanto, dentro da abordagem teórica, as mudanças sociais advêm de ações concretas realizadas por esses atores sociais e suas inovações político-culturais.

Ao analisar esses movimentos, como no caso da Amozul, tendo como base os estudos apresentados pelo autor Manuel Castells (2013), identificamos elementos comuns tanto em suas formações, como também em suas estruturas. São conectados em múltiplas formas de rede, utilizando canais de comunicação variados, como redes sociais, blogs e mídias alternativas – tecnologias que possibilitam a constituição dessas redes e que se expandem conforme a evolução desses movimentos. Embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais e meios digitais, eles veem nos espaços públicos das cidades suas bases de mobilizações e manifestações, acrescidas de ações que ocorrem de forma mais contínua nos espaços da internet.

Por serem formados por meio de redes de cooperação, eles podem não possuir um núcleo de comando, mas conseguem administrar e coordenar suas ações. Estrutura que possibilita a ampliação da participação de todos os atores ali presentes. Outra característica presente nesses movimentos é a forma híbrida de atuação, ou seja, eles tendem a estruturar suas ações a partir de dois vieses estratégicos definidos: ao mesmo tempo em que se tornam movimentos que ocupam os espaços urbanos e de participação civil, utilizam os espaços cibernéticos para divulgar seus atos e propostas. Esse conjunto de ações acaba por gerar, entre os atores sociais presentes nesses movimentos, pensamentos e ações autônomas, tanto no que diz respeito às suas ações políticas, quanto a suas propostas para com o movimento.

Essa cultura da autonomia faz com que esses novos movimentos encarem o projeto de transformar indivíduos em atores coletivos que não confiam nas instituições atuais e que se envolvem nos processos de criação de novas formas de convivência e de participação civil e

política em busca de novos modelos sociais no futuro. Processo que é possível graças à constituição dessas redes de associativismo civil, em que projetos individuais se adaptam a ações coletivas promovidas de forma autônoma por atores coletivos. São novos atores que apresentam novas características se comparados com os atores presentes nos movimentos tradicionais da conjuntura política civil do começo da década passada, resultado de uma sociedade cada vez mais dinâmica e pluralizada.

Como colocado pela autora Maria Gloria Gohn (2012), são sujeitos coletivos difusos, não hierarquizados, críticos e combatentes. São atores que, ao se colocarem em diálogo para o alcance de objetivos específicos, estão dispostos a juntar projetos políticos, diferentes concepções culturais – assim, não tendendo à formulação de uma pauta única e fechada de reivindicações. Quando observamos a gênese desses movimentos, nota-se que são movimentos espontâneos em suas origens, geralmente desencadeados por indignações, sejam elas relacionadas a eventos específicos ou a ações do governo. As tomadas de decisões em geral ocorrem em assembleias e em comitês por elas designadas.

Por se tratarem de redes horizontais, que operam dessa mesma forma nas ações promovidas nos espaços públicos, nos canais democráticos e na internet, acabam por gerar companheirismos, termo chave dentro desses movimentos. Uma vez que os indivíduos, ao ingressarem, trazem consigo apenas seus próprios objetivos e motivações, vindo a descobrir semelhanças com outros indivíduos do movimento em ações promovidas – fluxo que acaba por trazer à rede formada cada vez mais coesão e força política. São movimentos que estimulam a autorreflexão a todo o momento entre seus membros, questionando-os permanentemente como ator, como movimento, o que almejam, e que tipo de indivíduos, democracia e sociedade pretendem construir.

São novos movimentos que se estruturam a partir de redes de associativismo civil, ou seja, ao se articularem com outros movimentos de mesma tendência, acabam por trazer para dentro da sociedade atual maior capacidade de associativismo civil entre uma gama múltipla de atores sociais presentes. O que esses movimentos sociais estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede, em que há uma autonomia do sujeito em relação às tradicionais instituições da sociedade. Apresentam-se como movimentos amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais, que possuem valores, objetivos e estilos organizacionais ligados diretamente com a cultura da autonomia.

Porém, seus objetivos e significados sociais são mais profundos: são movimentos que atuam como agentes de mudança em uma sociedade conectada, que se apresentam como um forte contraste com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social e política que, aos poucos, é superada. Por ser tratar de um novo modelo de associação civil, muito ainda há de ser investigado, pois, assim como seu início, alguns desses movimentos acabam por se tornar movimentos “momentâneos”, que se estruturam a partir de redes de associação já existentes, atuam na conjuntura presente dialogando com o governo, levando suas críticas e trazendo suas demandas e ideias. Porém, como visto na associação estudada por esse projeto, ao sinal de uma primeira vitória, acabam por se “diluir” novamente nas associações já tradicionais no contexto implementado, como no caso da Associação Amoaluz em relação ao projeto Nova Luz.

Dadas as atuais organizações das sociedades civis apontadas por este trabalho, a bibliografia base se situa na tradição originalmente europeia da teoria dos novos movimentos sociais, em que seu principal nome é o sociólogo Alain Touraine (1994, 1998, 2006, 2008, 2013), seguido por autores como Castells (2013), Ghon (2012) e Sherer (2011). A partir desses referenciais metodológicos, nos deparamos com a necessidade de buscar o significado dos movimentos sociais em um mundo cada vez mais interdependente, optando pela análise em termo de “redes”, ou seja, estabelecendo um compromisso com os conceitos que permeiam a comunicação, articulação e solidariedade entre atores sociais diversos.

O termo redes de movimentos sociais está sendo definido por esses autores a partir de três pontos de vistas metodológicos: como instrumento de organização de dados da análise, como conceito teórico definidor da realidade e como estratégia de ação coletiva de atores e movimentos sociais. A ideia de rede enquanto conceito propositivo, como citado acima, é uma nova forma de organização e de ações políticas. Subjacente a esse conceito, encontra-se uma visão nova sobre o processo de mudança social, que considera fundamental a participação cidadã, e uma nova forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo.

Aponta para a ideia que coloca a organização civil não apenas como um movimento em si mesmo, mas que pode fazer parte de um movimento mais amplo que se define como rede de interações entre diferentes atores. Nessa mesma direção, caminham as reflexões a respeito das redes de movimentos:

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais

como interdependente, como intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (SCHERER – WARREN, 1993, pg.10)

Sugere, assim, que as Ciências Sociais procurem compreender o significado das articulações políticas entre atores diversos em torno de mensagens simbólicas e projetos comuns. Ao se debruçar sobre a temporalidade do movimento, tomamos como aporte teórico o sociólogo Zygmunt Bauman (2001), com o seu conceito de modernidade líquida. Para o autor, as transformações na morfologia social trouxeram aspectos fluidos para os espaços públicos que, aliados com processos políticos e sociais que acerbam a individualização na sociedade contemporânea, trouxeram movimentos sociais episódicos em que o grande fio condutor é as emoções pessoais.

Do ponto de vista de análise empírica, para se obter reflexões acerca das ações coletivas que ocorreram no tempo e espaço delimitado por este trabalho, faz-se necessário delinear as características básicas das conjunturas sociais e políticas em que a rede foi formada, por meio de livros, arquivos da imprensa, assim como de materiais preparados pela própria associação estudada. Por se tratar de um projeto de continuação e de avanço teórico de uma pesquisa já realizada no nível de Graduação, financiada pela Fapesp no processo 2013/04640-4, em que se tinha como objetivo realizar uma etnografia sobre a Amoaluz, o caderno de campo até agora construído será também um grande instrumento metodológico para a concepção deste trabalho. Visto que esse trabalho se trata de um estudo de caso.

O blog e os canais de comunicação que a associação possui serão também fonte de análise. Apesar de possuírem o aspecto “celebratório” de suas ações, são importantes instrumentos para a observação das pautas, formas de articulações de seus interlocutores, de como compõem sua agenda e como organizam seus protestos. Sem a pretensão de se esgotar o tema, o trabalho se estrutura da seguinte maneira: no primeiro capítulo, elaboramos uma reflexão acerca do planejamento estratégico contemporâneo, com o intuito de se entender as características acerca do conceito de cidade global e suas implicações efetivas no contexto das operações urbanas realizadas no interior da região central da cidade de São Paulo.

No segundo capítulo, discorreremos sobre o último grande projeto urbano pensado para a região, o Nova Luz, suas implicações para a região e as mobilizações que ocorreram em virtude de seu planejamento e implementação – mobilizações que se centraram em torno da Associação Amoaluz. Por meio de uma descrição densa desse movimento, realizamos uma análise sobre as

características desses novos meios de mobilização política e suas contribuições nas lutas sociais contemporâneas. Essas discussões não podem ser encaradas como conclusões, mas sim como um passo dentro de um tema que ainda possui diversos aspectos a serem explorados.

1.1 Abordagem metodológica

Quando se estuda um movimento social, deve-se considerar dois pontos de vista acerca do movimento: o interno e o externo. Conectados, eles nos fornecem uma visão da totalidade estudada. Os aspectos internos dos movimentos são compostos de repertórios de demandas definidos segundo valores, crenças, ideologias e estratégias de ação organizadas que visam projeção. Assim, quando se investiga um movimento social em particular, é necessário observar as demandas, as reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram as articulações, pois é no conjunto das articulações que nos é dado o princípio articulatório que estrutura o movimento.

Nos aspectos externos, o pesquisador deve considerar o cenário sociopolítico e cultural ao qual se insere o movimento, seus atores e seus opositores (quando existirem). Quando se trata da análise de movimentos ligados às novas tendências de articulação, deve-se também observar a interlocução com outros movimentos e redes de movimentos, como também com os órgãos estatais e as demais agências. Assim, dentro da perspectiva colocada por Ghon (1997), entender e analisar um movimento social implica em seguir dentro das possibilidades metodológicas a observação participante.

A experiência de se realizar uma observação participante em movimentos sociais urbanos traz como tarefa para o pesquisador observar discursos e práticas apresentadas dentro da realidade estudada. O trabalho da pesquisa participante, quando realizado dentro de um movimento social em formação, como no caso estudado por este trabalho, apresenta o desafio de se “permanecer próximo” de todos os atores sociais presentes, principalmente no que tange às esferas particulares de suas vidas.

Quando próxima com o movimento estudado, a participação traz para o pesquisador a possibilidade de testemunhar como as falas e ações coletivas desempenhadas trazem incertezas, compreensões e interpretações sobre o mundo e sobre os próprios atores envolvidos. Desenvolvendo no próprio pesquisador uma sensibilidade para enxergar e entender melhor todo o processo social e político que ocorre dentro do movimento, muitas vezes não obtida quando

realizada apenas por meio de entrevistas. Aliás, muitas das informações coletadas em conversas com os participantes se demonstraram incorretas quando observado o cotidiano das reuniões.

Nesse sentido, a redação da pesquisa se apresenta como um desafio na construção do trabalho. Como transmitir para o leitor o conjunto de ações, debates e reflexões que as reuniões da Amoaluz proporcionaram para seus atores? Difícil trazer para o papel uma realidade que, permeada pela política, traz cooperações e esperanças. Um aprendizado para o pesquisador, pois escrever uma observação participante não é a apenas registrar fatos ocorridos. Pelo contrário, envolve processos de interpretações e de atribuição de sentidos, fazendo, assim, um registro histórico do movimento social a partir das compreensões que o pesquisador de campo foi ganhando, por ter estado perto e participado dos eventos descritos.

O trabalho com os movimentos sociais apresenta mais um desafio, pois, além de transcrever e compreender as experiências observadas e vividas, cabe ao pesquisador ressaltar as significações que as ações e reflexões promovidas por esses movimentos geram nas relações e estruturas atuais na sociedade. Nesse sentido, a interlocução entre o trabalho de campo e as referências teóricas é fundamental, pois essas que irão dar o suporte para realizar esse trabalho de análise da realidade observada.

Um terceiro desafio apresentado neste trabalho foi o quesito temporalidade. Diferentemente de se estudar uma tribo ou uma comunidade, quando estudamos movimentos sociais, principalmente aqueles oriundos do século XXI, uma característica que se apresenta recorrente é a da fragmentação presente nos atores sociais contemporâneos que os expõe a uma fragilidade, na medida em que não conseguem mais estabelecer um pensamento coletivo e cooperativo de longa duração entre os grupos políticos presentes.

Nesses casos, um simples elemento novo inserido na realidade observada que, no caso aqui estudado se tratou do engavetamento do projeto Nova Luz, pode resultar em um abrupto cessar das atividades do movimento estudado. Uma situação não planejada que leva o pesquisador a tomar caminhos metodológicos diferentes daqueles adotados no começo das atividades de pesquisas.

Conduzir pesquisas como essas, em que se trabalha a observação participante dentro de movimentos sociais urbanos, te conduz a seguir orientações usuais da pesquisa participante. Porém, quando se expõe ao campo e às reflexões sistemáticas sobre ele, o pesquisador acaba por se deparar com questões relevantes, passando a eleger aquelas que lhe cabe desenvolver ao longo da pesquisa, ocasionando um cenário muito singular. Ele se torna mais do que um

conhecedor daquela pequena parte da realidade social. Em muitos casos, seu trabalho se transforma em um relato histórico de um movimento social, uma tradução do material relatado e uma importante análise da atual conjuntura política e social.

1.2 Abordagem teórica

1.2.1 Tradição europeia da teoria dos novos movimentos sociais

Buscando compreender teoricamente os novos modelos de movimentos sociais vigentes em nosso cenário social, este trabalho busca traçar uma base teórica de análise, tendo como apoio o paradigma teórico de Alain Touraine (1994). Assim, primeiramente, precisamos pontuar a crítica tourainiana como um estudo dentro da perspectiva da sociologia da ação. A sociologia da ação de Alain Touraine parte de uma compreensão particular da modernidade, em que o sujeito se manifesta como resistência à “dissociação” pela qual a modernidade passa.

Essa crise moderna, em que se verifica o adendo da fragmentação da vida social, o alto grau de desenvolvimento tecnológico e a não obtenção de liberdade e felicidade, refletidas nas esferas públicas e privadas, criam cenários propensos a condutas individuais e em grupos de um comportamento social baseados em conflitos e integrações. O objeto dessa teoria da ação social é o sujeito histórico e seu conceito central está focalizado na ação coletiva. Segundo Gohn (2012, p.94), “o que ele propõe é uma análise centrada no desempenho dos atores sociais enquanto sujeitos que atuam na sociedade mais geral, com suas culturas, seus pertencimentos e sua historicidade”.

Ao analisar a realidade social, o autor considera o sujeito como uma categoria fundamental, que posiciona indivíduos na história dos processos sociais, culturais e políticos dentro de uma sociedade. Ela confere protagonismo e ativismo ao conjunto de indivíduos, transformando-os em atores sociais, agentes políticos e culturais de seus tempos. O sujeito é reconhecido e se reconhece como membro de uma classe, etnia, gênero, nacionalidade. O indivíduo, ao adentrar em um processo de interação com outros sujeitos, com instituições públicas e privadas, se constitui como sujeito coletivo que tem a capacidade de interlocução com a sociedade civil e política, expressando demandas de diferentes naturezas e tendo a

capacidade de propor ações, criar e desenvolver identidades coletivas baseadas em crenças e valores compartilhados.

Dentro da sociologia tourainiana, a noção de sujeito tem a ver com a capacidade de interferências nos processos sociais, criando principalmente sistemas de pertencimentos. Touraine trabalha as categorias sujeito e ator de forma articulada. O sujeito é o ator que luta pela produção de si próprio, suas ações se traduzem no esforço do indivíduo em transformar suas experiências vividas em construção de si mesmo como ator social. É uma luta de si mesmo, baseado em seu trabalho pessoal e em sua cultura, pela defesa de sua liberdade contra as forças sociais. “O sujeito não tem outro conteúdo que a produção de si mesmo” (TOURAINÉ, 1998, p.88).

Assim, o sujeito seria a potencialidade dos indivíduos de se tornarem atores sociais, pois o Eu, que constitui o sujeito, permite que o indivíduo se liberte das amarras sociais para se tornar um ator, aquele que controla as próprias ações a partir de referências alcançadas em suas experiências vividas. Nessa luta pela liberdade cultural e por melhores condições sociais, o sujeito é definido pela sua resistência a toda forma de poder que lhe é imposta, buscando usar as estruturas sociais fragilizadas pelo desenvolvimento da sociedade pós-industrial² para a afirmação de si como ator social.

Nota-se, portanto, que a importância conferida aos atores na história se dá no papel que lhes é conferido de agentes dinâmicos e produtores de demandas e de reivindicações, e não simplesmente como sujeitos fadados a ocupar apenas seus lugares dentro do sistema de produção. Essa autonomia do ator, segundo Touraine, tem o potencial de transformar informações em comunicação através da ação individual que o ator possui de criar efeitos sobre a esfera pública ao penetrar na realidade social e nas relações interpessoais.

Nessa lógica de resistência a qualquer ordem que ameace sua identidade pessoal, o sujeito se utiliza das relações entre palavras, símbolos e instrumentos para obter dois movimentos da luta política: a instrumentalização e a formação de comunidades resistentes. Para o autor, essa seria a tendência, na sociedade contemporânea, dos atores envolvidos em movimentos de lutas sociais. Fica claro o caráter emancipatório que Touraine apresenta nessa vontade dos indivíduos de se tornarem atores sociais, sendo apresentado como um processo em

² Para o autor, (Touraine, 1994) , a sociedade pós-industrial é aquela que tem maior potencial de agir sobre si mesma, em que se encontra o maior volume de comunicação. Na sociedade pós-industrial, o que está em pauta não são os meios de produção industrial, mas sim a utilização social dos bens simbólicos que ela produz maciçamente.

que o indivíduo passa a ser um sujeito que, ao desenrolar suas ações e reflexões emancipatórias, se torna um ator social, agente de práticas esclarecedoras e libertárias.

Por que o autor não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente e sobretudo o social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho social, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais (TOURAINE, 1994, p.220).

O desenvolvimento da modernidade trouxe efeitos negativos e contrários à proposta inicial do projeto de sociedade moderna. Segundo o autor, ao longo desse processo de desenvolvimento, houve um rompimento entre o ator social e o sistema. A sociedade contemporânea apresenta-se fragmentada e, como consequência grave desse quadro social, enfrentamos o que Alain Touraine chama de dissociação: uma falta de unidade entre o desenvolvimento, valores sociais e culturais.

Com a dissociação, vemos emergir com cada vez mais força a decomposição da vida social, modelos e instituições formadas com o objetivo da construção de atores enfraquecidos. O social se tornou tão diverso e fragmentado que as novas formas de se engendrar um ator social são desconhecidas. Essas transformações sociais em curso modificaram as relações sociais, fragilizando as lutas sociais. Nesse contexto, o autor vai identificar um novo modelo de ator caracterizado como não-social. Um tipo de ator que estaria fragilizado por não haver espaços e experiências na esfera social.

Assim, esse ator é formado sem um conteúdo social, pautado apenas em um individualismo que tende a pensar e formular lutas político-sociais em detrimento de suas necessidades de sobrevivência. Não nos deparamos mais com uma construção de um sujeito com identidades coletivas, mas sim engajado por demandas e ações individuais. Se analisarmos que, para o autor, movimentos sociais são um vasto conjunto de ações reivindicatórias coletivas integradas, pensar na formação e desenvolvimento desses movimentos no cenário de atores não-sociais se torna um desafio que acaba por alimentar esse cenário contemporâneo de decomposição social.

Nas primeiras décadas deste século, Touraine apresenta um retorno do ator social nas ações coletivas que se propagaram na América Latina. As sociedades latino-americanas possuem algumas características no processo de seu desenvolvimento que teriam como elementos comuns a entrada de recursos estrangeiros, a presença de oligarquias e a fraca capacidade de inovação tecnológica e industrial. Juntamente a essas características, o autor

observa pouca demarcação entre a vida pública e privada, bem como uma dificuldade de se estabelecer uma clara distinção entre sociedade civil e Estado.

Conjuntura que leva Touraine a afirmar que esse retorno do ator social se deu de forma equivocada, pois torna o continente em um conjunto de nações de atores sem ação, em que as lutas sociais não constituem propriamente movimentos sociais. Ainda que carreguem fortes características de ações contestadoras, não acarretam grandes impactos políticos. Segundo Maria Gloria Gohn (1997), de meados da década de 80 até final da década de 90, os atores latino-americanos perderam esse modelo contestatório de ação porque o Estado deixou de ser seu principal adversário – e, não tendo esse “inimigo” ao qual dirigiam suas reivindicações, os atores passaram a assumir novas demandas localizadas no âmbito da sociedade civil. Eles se tornaram mais culturais que políticos, alterando duas demandas para questões de subjetividades. Destacando os direitos culturais, Touraine coloca as questões ligadas a lutas de gênero, de imigrantes e ambientais acima das demandas econômicas e políticas.

Dentro desse novo paradigma, o novo ator social que retoma as agendas de ações coletivas na América Latina substitui as contestações que visam criar novos modelos de sociedade. Esses novos atores que, como colocado por Touraine, são atores sociais sem ação, não se colocam como agentes de movimentos revolucionários, mas sim como conjunto de contestadores de valores culturais universais, que reivindicam liberdade de expressão e de identidades culturais. Vale ressaltar que, para o autor, o movimento social é uma ação de grupo, um ator coletivo, que define sua situação nas relações advindas da lógica da produção e que situe suas reivindicações diante as ações tomadas por grupos adversários no interior dos problemas da sociedade.

A teoria dos movimentos sociais, para Touraine, deve ser construída ao redor das ações coletivas, das lutas e dos atores, que devem ser considerados dentro de uma teoria mais geral: a teoria dos conflitos. Dentro dela, existem categorias de conflitos: os conflitos que se desenrolam ao redor da construção da identidade de um grupo; os que são forças políticas que buscam mudanças estruturais; os que buscam a manutenção do *status quo*; os que derivam das disputas ao redor do controle dos modelos culturais e os que buscam a construção de uma nova ordem global.

Ainda para Touraine (1994), os movimentos sociais:

são frutos de uma relação de produção e organização social, uma relação dupla - de identidade e de oposição -, e não se dirigem fundamentalmente contra o Estado, pois não são lutas por meras conquistas de poder. Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. (GOHN, 1997, p. 147).

Em obra publicada em 1996, Touraine afirmou a necessidade de se rever o conceito de movimento social, pois, com a crise do papel dos partidos políticos e das instituições como representantes da sociedade civil, surgem a todo o momento novos movimentos sociais que abordam novas questões, como autogestão e decisões internas mais democráticas e representativas. Porém, já demonstrando que esses movimentos já se constituem através de ações sem unidade, se tornando frágeis, heterogêneos e com tendências à fragmentação.

Concluindo, o autor ressalva que cabe aos intelectuais, em especial aos sociólogos,

[...] descobrir o que está oculto, sair de si mesmo e de seu meio para restabelecer a distância com o objeto estudado. [...] Descrever e analisar os modelos culturais, as relações e os movimentos sociais que lhes dão forma, as elites políticas e as formas de mudança social que agitam o que pode aparecer por um breve instante como um mundo além da historicidade (TOURAINÉ, 1994, p. 267- 268).

1.2.2 Redes de novos movimentos sociais

A partir da década de 60, do século XX, com o processo de pós-industrialização, os movimentos sociais passam a sofrer transformações em suas formas. Já não são mais centrados em movimentos de transformações econômicas e políticas, nem se enquadram nos movimentos sindicalistas, mas passam a basear-se em outros valores e estruturas do despertar de consciência e de identidades coletivas. Conhecidos como novos movimentos sociais, são movimentos que trazem seus conflitos para os âmbitos sociais e culturais. Mais segregados, agregam diversas bandeiras de luta política e formam um padrão organizacional da ação coletiva em formato de rede.

Dentro desse formato, compartilham identidades e interesses múltiplos, trazendo para o cerne da ação uma cultura de movimento. Resultante a essa forma, essas redes fazem e desfazem seus laços. As redes são formadas por pequenos grupos imersos em fins específicos e se caracterizam por associações múltiplas, militâncias efêmeras e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva. As redes apresentam duas características importantes: a possibilidade de novos modelos culturais e a estratégia de enfrentamento diante de uma tomada de decisão – características que fornecem energia para renovar a solidariedade –, e a adesão de novos militantes.

Nesse sentido, a ideia de sujeito de Touraine é interessante para entender a formação e a articulação dos atores sociais nesse modelo de redes. Ou seja, a ideia de redes de movimentos

permite extrapolar a ideia de ações políticas delimitadas. A importância desse novo modelo de militância pode ser evidenciada a partir do que Bauman (2001) chama de crise da noção de cidadania, provocada pelo processo de individualização, que travou a desintegração da cidadania. As ações coletivas, articuladas em forma de redes de movimentos, aparecem como uma saída para esse problema gerado pela globalização.

As redes de movimentos aparecem como ferramentas para a retomada da cidadania, e a volta dos diálogos entre atores sociais sinaliza para novas formas de ações que, passando por um processo de maturação e consolidação, podem alcançar patamares de representação institucional. Nessa direção, a autora Scherer-Warren (2001) propõe analisar a ação coletiva das redes de movimentos sociais como um instrumento estratégico de empoderamento de coletivos que se colocam como as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas, como os fóruns sociais mundiais e as grandes marchas “antiglobalização”.

Porém, é necessário fazer uma distinção entre as categorias coletivos em redes e redes de movimentos sociais. Coletivos em redes são conexões comunicacionais em primeira instância de vários atores ou organizações através da internet, com o intuito de difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ações políticas conjuntas. Facilmente encontrados por meio de plataformas de busca disponíveis na internet. Já as redes de movimentos sociais são estruturas mais complexas, partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação.

Essa distinção é importante à medida que amplia a definição de movimentos sociais de Touraine, na qual a ação coletiva é entendida como portadora de uma identidade, de um adversário e de um projeto. As redes articulam movimentos sociais e culturais: na sociedade da informação, elas possuem a capacidade da ampliação e difusão da participação de forma mais ampla e rápida, conectando iniciativas locais com movimentos globais e vice-versa. As redes oferecem novas leituras para a realidade, atribuem novos significados às transformações sociais, das quais Scherer-Warren (2001) destaca o fim da crença em uma única direção para a transformação social, o surgimento de atores diversos reivindicando projetos distintos e o reconhecimento das diferenças.

Esses movimentos têm em comum o fato de serem construídos a partir de contestações politizadas, embora não almejem uma revolução política – daí a não integração em partidos ou sindicatos, que recrutam seus atores em meios sociais diversos e em processos não institucionais de ação. Ressalta-se o papel fundamental da internet e da comunicação sem fio nos novos

movimentos sociais, pois, por meio dessas ferramentas, as pessoas passam a desafiar os modelos impostos conectando-se entre si, compartilhando suas indignações, construindo laços de companheirismo e construindo projetos alternativos para a sociedade como um todo. São também por meio dessas redes de comunicação que os movimentos vivem e atuam, pois elas representam um componente indispensável na prática e na organização deles, se colocando como ferramentas decisivas nas estratégias políticas desses movimentos.

Extrapolando seu limite de agente organizacional, os usos dos novos meios de comunicação funcionam como uma matriz para uma nova cultura: a cultura da autonomia. Por serem movimentos distintos aos de protestos, os novos movimentos são considerados culturais, conectando demandas de hoje com projetos políticos e sociais do futuro. Eles tomam para si o papel de transformar pessoas em atores de suas próprias vidas, afirmando suas autonomias em relação às instituições da sociedade. Vemos dentro dessa cultura da autonomia um processo que capacita um ator social, definindo suas ações em torno de projetos elaborados colaborativamente, através da constituição de redes com atores de posições semelhantes, segundo seus próprios valores e interesses.

Um movimento europeu muito citado dentro das bibliografias é o “Indignados”, movimento ocorrido na Espanha, que teve como escopo promover uma democracia mais participativa. Começou com um protesto pacífico na Espanha em 15 de maio de 2011, contra as políticas econômicas que levaram ao desemprego e ocorreram em 50 cidades espanholas simultaneamente. Por meio das redes sociais ou de acampamentos, manifestaram o sentir de variados quadrantes da sociedade em relação aos governos, à banca, à crise, à classe política, tornando claro que não podiam ser sempre os mesmos a cobrar e os mesmos a continuar a pagar. Declaravam-se apartidários, sem filiações a partidos e sindicatos, laicos, pacíficos e sem organização formal. Apesar disso, sofreram alguma repressão pelo medo de contágio que provocou nas elites, decorrendo daí alguns confrontos policiais.

As características, anteriormente apresentadas, indicam que esses novos movimentos apontam para uma nova forma de se fazer política. Contudo, para que esse novo modelo cultural possa apresentar reflexos mais duradouros na organização da sociedade, limites precisam ser superados. Primeiramente, devemos considerar que não há uma homogeneização de ideias e posições políticas dentro desses movimentos. Se o respeito à diversidade é característica nesse novo modelo, ainda são necessários mediadores para que valores e objetivos comuns sejam fortalecidos e as interações entre esses atores possam caminhar na direção de uma consolidação.

Há, também, dificuldades de penetração desses movimentos na sociedade civil como um todo. O grande desafio para esses movimentos é o de conseguir fazer com que valores tradicionais sejam questionados e repensados pelo contingente mais amplo da população. Na América Latina, os novos movimentos sociais são diferentes dos novos movimentos sociais europeus, por se desenvolverem em sociedades civis marcadas por tradicionais relações autoritárias e por sistemas políticos falhos. Na América Latina, são chamados de novos movimentos sociais os movimentos que não são pautados por relações clientelistas.

Eles apontam para um projeto alternativo em construção, ainda que marcado por conotações de classe, uns de base mais popular e outros mais típicos da classe média. A fragmentação e o alcance localizado das ações desses movimentos dificultam sua penetração na sociedade civil, um desafio ainda a ser superado no contexto de mudanças profundas nos cenários políticos desse lado do globo. Aos olhos dos movimentos sociais tradicionais nas agendas políticas brasileiras, os novos movimentos sociais são vistos ainda com receio e descrença, talvez pelos meios que constroem suas pautas e ampliam suas discussões ou pelo simples fato de serem movimentos compostos em sua maioria por jovens, que começam a pôr em pauta diferentes maneiras de se pensar e fazer política.

Em nosso contexto, eles apenas iniciaram o processo de criação de um novo modelo cultural. Estamos perante movimentos sociais que agem de maneira diferente, utilizando os meios tecnológicos que foram postos para divulgar e promover ideias. É a nova forma de sociedade, a sociedade em rede, funcionando em sua plenitude. São movimentos mais complexos. Para Melucci (1996, p. 104-105), “muitos dos conflitos contemporâneos são a expressão de categorias sociais excluídas que se querem ver representadas socialmente”.

São movimentos catalisadores da conflitualidade social e, dessa forma, se tornaram movimentos que adquiriram um papel-chave como ator político em um estado democrático, pela representação dinâmica das reivindicações de diferentes setores da sociedade civil. Esses novos movimentos sociais partem do pressuposto de que transformar não é apenas modificar a sociedade a partir do aparelho estatal, mas sim no nível das ações concretas da sociedade civil, procurando o potencial transformador de que essas ações são portadoras. Nesse sentido, nota-se um projeto político básico que substancia o agir desses novos movimentos: a criação de novos atores sociais que, por meio de ações orientadas em um novo caminho, acabam por redefinir os espaços de cidadania.

2 INTERVENÇÕES URBANAS NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

2.1 São Paulo: cidade global

A globalização transformou os espaços urbanos e seus significados, e a ascensão das tecnologias da informação, juntamente com a mobilidade e liquidez do capital, resultou no que alguns estudos chamam de cidades globais – cidades que precisam ser preparadas para dar suporte aos novos fluxos econômicos. Surgida na década de 90, essa nova tipologia de cidade

designou aquelas capazes de estabelecer redes de comunicação e de serviços necessários, capazes de atender às necessidades do mercado financeiro. Para a autora Sassen (1998, p.77), o que caracteriza esses centros urbanos é “[...] a intensificação das transições entre as cidades, sobretudo através do mercado financeiro, investimentos e fluxos de serviços”.

Dentro da lógica do planejamento urbano, o conceito de cidade global é concebido dentro do planejamento estratégico urbano. É compreendido como a idealização de cidade de uma terceira geração de urbanistas, em que se pretende um novo paradigma na forma de abordar as cidades. A ideia é que as cidades globalizadas, por meio de investimentos nos sistemas de informação e comunicação e da modernização dos espaços destinados ao fortalecimento dos setores avançados da economia – que criam canais com o capital financeiro internacional –, seriam supostamente capazes de dar novas formas às áreas urbanas consideradas degradadas.

Vemos, assim, os espaços urbanos reduzidos a uma morfologia que permite que sua apropriação seja realizada em função de uma lógica de apropriação de capital, ignorando as condições da cidade como resultado de inúmeras relações sociais estabelecidas ao longo da formação desses lugares. O que se produz nesse novo planejamento estratégico urbano é a apropriação dos espaços públicos por um modelo de ambiente privado, estabelecendo, assim, espaços vazios de interações sociais que estejam disponíveis para serem vendidos e comprados livremente.

Conforme se tem demonstrado, as efetivas ações dos planejadores-empreendedores têm como centralidade uma preocupação em transformar esses espaços em “belos espaços urbanos”, e, para tal, vemos emergir vastos investimentos nas áreas culturais. Se, por um lado, projetos urbanos voltados à construção de equipamentos urbanos na área cultural passam a imagem de transformação dos espaços em ambientes amplos, limpos e modernos, por outro, garantem credibilidade aos que olham “de fora”, catalisando importantes investimentos exteriores.

Em São Paulo, essa mesma lógica vem sendo adotada com mais dificuldade, pois as políticas de planejamento urbano já foram implementando cenários de segregação na metrópole de São Paulo. Segundo Caldeira (2000), é possível estabelecer três padrões de configuração da segregação urbana em São Paulo: até os anos 40, predominou a que coloca em oposição a cidade legal à cidade ilegal³; a que se intensificou a partir da década de 50, demarcada pela relação centro-periferia⁴; e, para fechar, a que se fixou a partir dos anos 80, caracterizada pela

³ Para uma discussão detalhada sobre a segregação urbana em São Paulo até os anos 40, ver Rolnik (1997).

⁴ Para uma reflexão clássica a respeito de tema, ver Kowarick (1979).

proximidade espacial dos diferentes grupos sociais, porém separados por “muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular em áreas comuns”, chamados de “enclaves fortificados”.

Importante destacar que, mesmo dentro dessas três diferentes lógicas de reconfiguração do espaço, observou-se uma mesma lógica que perpassa os três padrões e que se configura como instrumento utilizado dentro planejamento estratégico urbano: a associação entre poder público e poder privado na construção e desenvolvimento de infraestruturas voltadas ao estímulo da especulação imobiliária e sem qualquer interesse voltado à democratização da cidade. Diante esse cenário, a questão que se coloca é de se saber se essa prática entre setores públicos e privados consolidados pelo planejamento estratégico não veio legitimar uma prática que tem se revelado a maior responsável pelas desigualdades sociais na metrópole e se haverá condições de se superar essa lógica em favor de processos mais sociais e democráticos.

Em seu livro, Heitor Frúgoli (2000) analisa as práticas de intervenções urbanas do centro da cidade de São Paulo, especificamente as defendidas pela associação Viva o Centro, constituída em 1991, que, embora não seja um órgão oficial concebido no interior das operações urbanas do centro da cidade, delas se aproxima. Pois, a partir da criação da associação, empresários e proprietários de imóveis no centro da cidade encontraram um canal para divulgar suas preocupações quanto à “saída” de empresas e instituições financeiras da região central na busca de localizações mais favoráveis para seus interesses (FRÚGOLI, 2000).

O autor mostra como, a partir de intervenções que privilegiam investimentos de equipamentos urbanos voltados para área cultural, a Viva o Centro, em parceria com o governo do Estado, da Prefeitura de São Paulo e do setor privado, tem promovido reformas como a da Pinacoteca do Estado, da Estação Júlio Preste e do Parque da Luz. Importante salientar que, assim como em outras associações presentes na cidade de São Paulo, a associação Viva o Centro é predominantemente composta por membros representantes do setor empresarial, com um papel hegemônico do Banco de Boston, cabendo aos setores populares um papel quase inexistente (FRÚGOLI, 2000).

Associações do mesmo segmento da associação Viva o Centro apresentam grande poder de influência na definição das políticas e dos investimentos que o poder público empreende sobre a cidade. Exemplo dessa afirmação foi a criação do Pró-centro, em 1993, organismo criado pela prefeitura a partir de uma exigência da Viva o Centro por um organismo em que a sociedade civil pudesse dialogar com o poder público sobre qualquer processo urbano a ser

realizado em São Paulo. Porém, o organismo não contava com nenhuma participação de sindicato de trabalhadores ou de organizações populares (FRÚGOLI, 2000).

A partir dessa relação entre Viva o Centro e a prefeitura, o que vemos ocorrer no centro da cidade foi uma “nova higienização” da área central, por meio de operações urbanas. Como exemplo disso, temos as operações ligadas à tentativa de expulsão total do comércio popular clandestino em espaços públicos do centro da cidade, que, por fim, acabou por fracassar, dadas as dinâmicas sociais que o centro apresenta, com grande concentração de uma classe popular na região (FRÚGOLI, 2000). Esses dados, rapidamente descritos acima, evidenciam que as políticas de investimento público/valorização imobiliária continuam sendo um mecanismo eficiente de exclusão social.

Assim, podemos evidenciar que o que há de novo no modelo de planejamento urbano da “São Paulo, cidade global” é a apropriação privada de espaços públicos para interesses exclusivos da ampliação do capital, reproduzindo, assim, as condições que sempre estiveram presentes na construção dos cenários de segregação urbana da cidade de São Paulo. Portanto, o planejamento estratégico, pelo menos em sua concepção atual, não se apresenta como um mecanismo de superação da segregação social, mas, sim, coloca, por meio de suas ações, estímulos para um processo de valorização dos espaços que estimulam uma apropriação do capital, consequentemente, expulsando a população de baixa renda que deve permanecer à margem da então idealizada cidade global.

2.2 O centro de São Paulo

Desde 1809, o bairro de Santa Ifigênia já se apresentava como uma região com um traçado já urbano, porém sem se configurar como uma forte região urbanizada. Ela se constitui como o primeiro núcleo da freguesia paulistana. Pode-se ver que a região de Santa Ifigênia, nesse período, se manteve com as feições das regiões que apresentavam características de ambientes de ocupações dispersas, muitas vezes relacionadas à produção de subsistência e de abastecimento da cidade. A formação e ocupação progressiva desse bairro, assim como de Campos Elíseos, Santa Cecília e Vila Buarque, estão diretamente vinculados ao deslocamento da população de maior poder aquisitivo.

O crescimento urbano, que se observou a partir da década de 1870, fez com que a região deixasse de ser o lugar destinado às elites paulistanas, e passasse a assumir um perfil mais comercial, se constituindo como um centro. Na década de 20, o bairro sofreu um crescimento vertical que, estimulado por regulações urbanísticas, alimentou o desenvolvimento imobiliário da região. Até o término da mesma década, esses bairros situados a oeste do centro, que ainda eram ocupados por famílias de alto padrão, começaram a passar por processos de desvalorização, visto que a especulação imobiliária já tomava outros rumos no desenho da cidade, para assim se formar um “novo centro”.

O processo chamado de “degradação” urbana, que atingiu o bairro Santa Ifigênia, fez parte de uma etapa seguinte à consolidação do “centro novo” na condição de polo econômico e setor da alta renda da cidade. Até a década de 40, a Rua Santa Ifigênia era uma elegante via de lojas e edifícios de apartamentos. A partir dos anos 50, o perfil dessa e de outras localizações do centro mudariam substancialmente. Com o deslocamento urbano da camada populacional de alta renda da cidade se direcionando para a região da Paulista, onde se abriam novas frentes imobiliárias, a região central começou a passar por um progressivo esvaziamento.

O abandono do centro por suas elites foi acompanhado do movimento de habitação da região por uma população de perfil econômico inferior. Concomitantemente, o povoamento desse perfil de população gerou uma transformação das atividades econômicas da região, que passaram a atender as necessidades dessa camada populacional. Assim, o centro da cidade se transforma, modificando o espaço das camadas populares e seguindo as tendências de segregação dos espaços urbanos que ocorreram nas cidades brasileiras. Essa nova separação territorial passou a salientar a separação socioeconômica que configura a delimitação de dois centros: um nobre, o “novo centro”, pensado para as classes dominantes; e o popular, destinado ao resto da população. Tal divisão é, conforme Villaça (1998), características das cidades médias e grandes brasileiras, marcadas pelo abismo que há no Brasil entre ricos e pobres.

A transformação do bairro Santa Ifigênia naquilo que ele é hoje, assim como de outras localidades do centro de São Paulo, está vinculada a essa reformulação do espaço urbano. A saída dos grupos sociais de maior poder aquisitivo do chamado “centro novo”, no começo do século XX, juntamente com a crescente agressão física do tráfego de veículos, com a poluição atmosférica e sonora e a consequente ocupação dessas localizações por setores sociais de menor renda, reconfigurou a economia e as dinâmicas locais.

O chamado “declínio” da área central é construído sobre o processo de abandono das elites, o que não constituiu o esvaziamento absoluto da região. O centro foi imediatamente ocupado por grupos sociais de menor poder aquisitivo e nunca deixou de ter um importante papel na economia urbana com sua intensa atividade comercial. A transferência das atividades de maior prestígio e da população de maior renda foi pactuada pelo poder público. Ele institucionalizou o deslocamento do centro para o setor sudoeste com a regulação urbanística, e favoreceu a ação do mercado imobiliário nesse trecho urbano com os investimentos viários.

A tomada do centro pela informalidade, por desempregados e grupos vulneráveis acentuou o choque com seus ocupantes originais, embora não seja o motivo de sua saída, mas uma consequência desse processo. A região central de São Paulo, mais especificamente as regiões da Luz e da Santa Ifigênia, passa a apresentar uma população homogênea, que se caracteriza, principalmente, por uma classe média baixa e pelo alto número de moradores em situação de rua. Outra realidade existente no bairro são as ocupações irregulares. Com o processo de degradação do bairro, inúmeros edifícios da região foram abandonados, tornando-se, assim, ferramenta chave na luta dos movimentos de habitação. Muitos foram ocupados e a população local espera que sejam destinados à habitação de interesse social.

A partir dos anos 90, a área central volta a entrar nas pautas sobre revitalização. Discutia-se a necessidade do repovoamento da região central, pois, apesar da área ser movimentada nos horários úteis, à noite o bairro se torna uma área desértica. Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as décadas de 80 e 90 a região central havia perdido cerca de 70 mil habitantes. Tal esvaziamento trouxe para as discussões de revitalização do centro paulista duas linhas de projeto: a primeira, salientava a necessidade de fomentar a vinda da classe média para a área central, e a segunda voltava-se para a implementação de projetos de habitação populares.

Por meio de projetos que tinham como objetivo transformar a região da Luz em um polo cultural, com a recuperação dos patrimônios e históricos e a instalação de novos equipamentos culturais, a região seria “[...] capaz de agilizar o processo de tomada de decisões [...]. [...] criar uma imagem positiva da metrópole, sobretudo ao empresariado estrangeiro, que se dirige à cidade para realização de negócios, sem falar na presença crescente de turistas etc” (FRÚGOLI, 2000, p.75-76).

Porém, essa concepção de retomada do centro voltado aos interesses do capital se tornou uma difícil tarefa, visto que o poder público não consegue reverter o processo de popularização

do centro. Alinhando-se à perspectiva da inclusão das camadas mais populares por meio de projetos de habitações populares na região central, os movimentos por moradia começam a entrar em cena. Suas reivindicações por melhores condições habitacionais, somadas à demanda pela produção de novas moradias populares por meio de reabilitação de inúmeros prédios ociosos existentes na região, colocavam em pauta o direito à cidade. Com ações articuladas e organizadas em torno de ocupações desses imóveis, os movimentos ganharam peso político na região, colocando sempre nas pautas das reuniões os projetos de intervenções às questões ligadas à moradia e permanência das famílias já ocupadas.

Em umas dessas reuniões que ocorreram em 2002, em que movimentos de moradias e outros movimentos da região central participaram ativamente, foi aprovado o Plano Diretor Estratégico para o município, que incluiu, dentro da área central, Zonas de Interesse Social, vinculadas diretamente à elaboração de políticas habitacionais para a região:

[...] Entendida como uma porção do território do município onde a prioridade é a produção e a regularização de Habitação de Interesse Social - HIS, a ZEIS busca interferir na questão fundiária combinando mecanismos que permitam reduzir os preços dos imóveis necessários à produção pública, assim como viabilizar a produção de HIS pela iniciativa privada (KARA-JOSÉ, 2007, p.106).

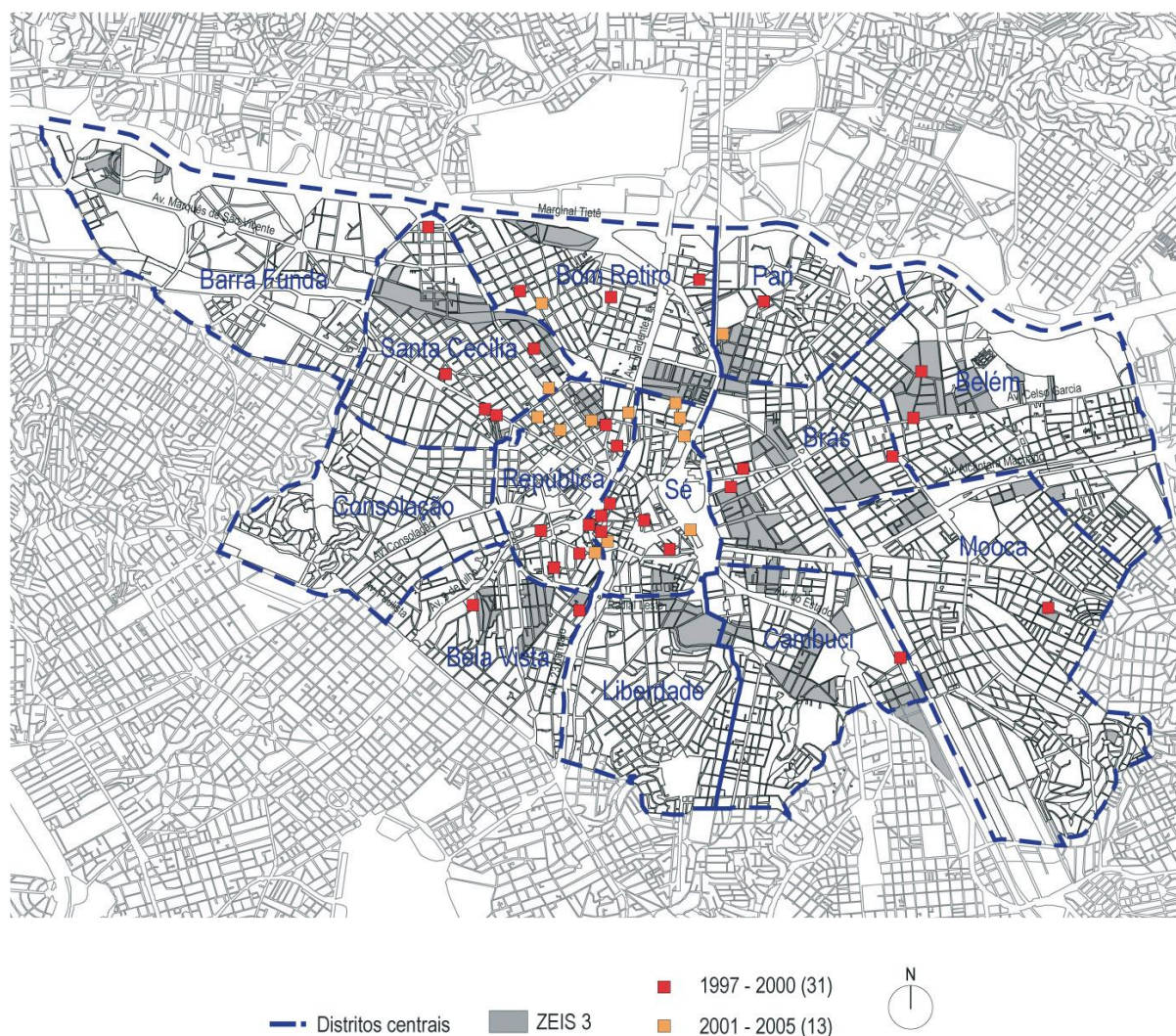


Figura 1: Mapa da localização das ocupações dos movimentos de moradia
Fonte: LILP/LABHAB, 2006

A região central de São Paulo apresenta um complexo cenário social que evidencia o descaso do poder público com populações de baixa renda, moradores em situação de rua e com usuários de drogas. A região de Santa Ifigênia é, também, um grande centro comercial especializado, que se configurou como um subespaço de referência para a comercialização específica de produtos elétricos e eletrônicos, na rua homônima; e de materiais e peças automotivas e de motocicletas, na Rua General Osório. Indicadores sociais têm mostrado, nos últimos anos, a concentração elevada de empregos formais na região, o que já aponta uma vitalidade do centro da cidade.

Esses cenários mostram o centro de São Paulo como região de diversidade populacional e forte centro econômico, o que se coloca como contraponto à imagem que a mídia passa: um

local que vive à margem da sociedade e da cidade, conhecida como Cracolândia. Tal imagem, aliada à degradação do centro proporcionada, acaba por gerar conflitos, pois, apoiado em cenários por ele mesmo criado, o poder público tenta retomar o centro e destiná-lo novamente às classes mais altas, por meio de projetos de revitalização e renovação urbana. Paralelamente, uma população de menor nível aquisitivo que, ao longo do processo de abandono do centro, tomou a região como sendo sua, luta por projetos que incluam suas demandas dentro dos planos da prefeitura e do governo do Estado para a região central de São Paulo.

Esse conflito pontua bem a importância do centro da cidade. Para os órgãos públicos, o centro seria um ponto estratégico de turismo, lazer e consumo para as classes mais altas e turistas. Já para os atuais habitantes da região, esse é um espaço precioso, pois lhes garante poder usufruir da cidade, sem a necessidade de longas jornadas em transportes públicos de má qualidade. Viver no centro, para essa população, mais que uma regalia, é um direito conquistado: o direito de usufruir e fazer parte da capital paulista.

2.3 Intervenções na região central de São Paulo

Processos de gentrificação⁵ são observados em cidades ao longo de todo o globo, consequência da lógica da implementação do ideal de cidade global, já dissertado neste trabalho. Movimento que, dentro da lógica urbana, faz parte de um cenário globalizado que vem tentando a “todo custo” fortalecer dentro das cidades a lógica capitalista de produção. Dentro da mesma lógica, a Prefeitura de São Paulo vem implementando operações urbanas na região central da cidade com o intuito de transformar essas áreas para os interesses do mercado de investimento e imobiliário. Essas operações trazem como objetivo principal uma revalorização do centro da cidade, buscando o enquadramento do centro dentro da lógica de cidade global, em que os espaços das cidades se tornem protagonista no processo de criação de mercados imobiliários de nível internacionais, consequentemente, ocultando os aspectos sócio-culturais reais existentes nessas regiões. (MARICATO, 2013)

⁵ “[...] Em que geralmente áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à criação de novos enclaves residenciais e à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores” (FRÚGOLI, 2000, p. 22).

Desde a década de 90, ações vêm sendo tomadas na região, através da reabilitação de edifícios tombados, da revitalização dos espaços públicos, da criação de instrumentos para a atração de investimentos imobiliários privados, de leis de incentivo à implementação de áreas comerciais e culturais e de intervenções em cortiços e na produção de habitações de interesses sociais. Iniciativas de limpezas sociais desarticuladas e de resultados bastante variados, com o intuito de se desencadear mudanças “espontâneas” dos usos e aspectos de seus espaços. Ações nomeadas de operações urbanas que, fundamentadas no artigo 152 da Lei Orgânica de São Paulo, têm como conceito captar recursos da iniciativa privada para a realização de obras, através de outorgas vigentes ao setor privado.

Duas operações foram aplicadas no centro de São Paulo: a operação Urbana Anhangabaú, de 1991, e a operação Urbana Centro, de 1997. A operação Urbana Anhangabaú, já inativa, foi idealizada com o objetivo de finalizar as obras de um túnel sob o Vale do Anhangabaú, iniciadas por Jânio Quadros. Visto que, na época, a prefeitura da cidade de São Paulo apresentava uma baixa em seus cofres, a operação buscava, a partir da captação de recursos em troca da concessão de incentivos para empreendedores privados, alavancar um programa de obras para a melhoria dos espaços públicos nas imediações do vale. Segundo a lei aprovada (Lei 11.090/91), seus objetivos eram:

[...] estimular a realização de um conjunto integrado de intervenções e empreendimentos, o melhor aproveitamento dos imóveis (particularmente dos não construídos ou subutilizados) e a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano em área delimitada de influência imediata do Vale do Anhangabaú de forma a contribuir e a arrecadar recursos para a melhoria da infraestrutura urbana e iniciar um processo mais amplo de melhoria das condições urbanas e ambientais da região, inclusive dos moradores de habitações subnormais (KARA-JOSÉ, 2007, p.54).

Sua gestão foi compartilhada por vários órgãos ligados à prefeitura: a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), a Secretaria de Planejamento (SEMPLA), a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB) e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC). A operação não alcançou os objetivos esperados pela prefeitura. Dentro de sua operação, foram formuladas sete propostas que englobavam reformas, regulações de equipamentos urbanos existentes e a construção de um hotel voltado a atender os interesses do capital privado da região. Os dois motivos que levaram ao seu fracasso estão ligados à falta de interesse do capital privado de se investir na região e a demora na aprovação do projeto na Câmara Municipal.

Diante do insucesso da operação, o que se seguiu foi uma pressão vinda dos empresários e proprietários da região que, através da associação Viva o Centro, teria gerado a formulação da operação Urbana Centro, aprovada em 1997. Oferecida através da captação de recursos, a operação tinha como objetivo atrair o mercado imobiliário. Para a realização desses objetivos, a lei de incentivo para essa operação foi elaborada em duas frentes: a transferência de potencial construtivo e a flexibilização da legislação existente. Os resultados da operação podem ser verificados ao longo de toda a região central, com a presença de condomínios residenciais não voltados para as classes baixas, estacionamento para o incentivo ao transporte privado no centro e de hotéis e outros equipamentos voltados a atender as demandas dos setores financeiros na região.

Das duas operações, o que se viu foi um fracasso, pois, ao tentar por meio de leis e concessões atrair investimento do mercado, a prefeitura se deparou com um receio por parte dos empresários de investir capital na região, visto que a região era vista como um espaço degradado da cidade, com grande desvalorização imobiliária. Assim, a partir da gestão do governador Mário Covas, em 1995, as políticas culturais entraram em cena. Projetos foram empreendidos com o sentido de transformar o bairro da Luz em um “polo difusor de qualificação urbana”, transformando-o num Polo Cultural, de fácil acesso e visibilidade para toda a metrópole. Pretendiam, assim, valorizar a imagem de São Paulo. As medidas, como a Lei de Fachadas (1997), foram modelos colocados com o intuito de se “requalificar”⁶ o centro de São Paulo.

Com o intuito de promover uma requalificação do centro da cidade, foi aprovada a Lei de Fachadas. Gerada inicialmente pelo Procentro, ela surgiu para estimular a recuperação externa e a conservação de edifícios tombados por meio de desconto tributário. Importante salientar que a lei não tinha como primeiro objetivo atrair novos atores e investimentos para o centro, mas, sim, trabalhar no sentido de melhorar a “aparência” da região central da cidade. Dentro da mesma lógica de transformar a região central em uma área de interesse de aplicação de investimento, os governos de Mário Covas (1995-2001) na prefeitura da cidade e de Geraldo Alckmin (2002-2006) no governo do Estado de São Paulo, se propuseram a transformar a região

⁶ “Assim, a expressão ‘requalificar’, dentre outra, passa a representar um conjunto de ações para se chegar na cidade-empresa e mercadoria, em que a cultura é um instrumento chave, seja na criação de cenários atrativos, projetados como imagem de modernidade, seja na criação de consensos em torno de ações permeadas pela ideia de ‘melhoria do bem comum’ – oferta cultura, espaços renovados [...]” (KARA – JOSÉ, 2007, p.114).

através de um processo de intervenção urbana até então em voga em processo de intervenção urbana em cidades americanas e europeias, em que os equipamentos urbanos voltados à área cultural passaram a ser elementos de propaganda para o estímulo do investimento imobiliário.

O que se viu então foi uma série de obras projetadas separadamente, como as restaurações da Pinacoteca do Estado e da Estação Júlio Preste, e as construções do Museu da Língua Portuguesa, na estação da Luz, e da Sala São Paulo, mas que se interconectavam em um objetivo em comum: o de desencadear a revitalização da região central através do estímulo ao investimento imobiliário. O que se percebe quando se observa tais projetos pontuais é que a prefeitura, ao passo do fracasso das primeiras tentativas de operação urbana, focou em transformar o centro da cidade em um espaço atrativo para o capital financeiro e imobiliário. Porém, para se alcançar tais fins, era também necessária uma mudança no perfil populacional da região.

Projetos de repovoamento da região central da cidade foram apresentados. A própria associação Viva o Centro apresentou uma proposta de repovoamento da região central, na qual se mencionava a construção e melhoria das moradias, porém, sem deixar claro para quais faixas de renda seriam destinadas tais habitações. Nessa mesma linha, vemos em 1998 ser criado um Programa de Atuação em cortiços, cujo objetivo era o de erradicar os cortiços da região. Através da desapropriação “amigável” a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) iria promover a reforma de moradias existentes e a construção de novos imóveis.

Mais uma vez, fica clara a dificuldade da população de classe baixa, maioria da população atual do centro da cidade, de ser contemplada em programas de habitação como o citado acima, visto que, com a reforma desses imóveis, o que vemos ocorrer é um aumento significativo no valor dos imóveis na região. Um claro processo, promovido pela prefeitura e pelo governo do Estado, de expulsar esse perfil populacional da região central da cidade e de promover uma mudança nesse perfil a fim de promover uma valorização imobiliária na região. Concretizando essa lógica de transformação da região central da cidade em um espaço estratégico para a consolidação de São Paulo como uma cidade de características das cidades globais, vimos emergir um projeto de grande impacto social para a região, que englobava uma transformação nos perfis populacionais, econômicos e culturais da região. Nomeado como Nova Luz, o projeto trouxe impacto e movimentações para a região, como veremos a seguir.

3 O PROJETO NOVA LUZ E A ASSOCIAÇÃO AMOALUZ

3.1 O projeto Nova Luz

O projeto Nova Luz surge a partir dos variados discursos, dos agentes do poder público, juntamente com os agentes privados, sobre a necessidade de combater a degradação da região central da cidade, seja para proteger seus valores patrimoniais e históricos advindos de seus prédios e monumentos, seja para sanar “a desordem e o caos urbano presentes na região”. Ao se estudar o projeto mais a fundo, o que identificamos é a idealização de um desenho urbano pensado e planejado a partir da organização das atividades lucrativas, otimizando seus usos, sendo projetada a partir das relações de custos-benefícios, deixando de lado o sentido mais humano das cidades, em que os espaços de realização da vida cotidiana são transformados em espaço de circulação e mercadoria.



Figura 2: Mapa dos setores que correspondem ao projeto Nova Luz
Fonte: Prefeitura de São Paulo⁷

Na região da Luz, esse fenômeno se consolida por intermédio da aliança entre Estado e setores econômicos privados, pelo instrumento da Concessão Urbanística. Assim, surge, em 2005, durante a gestão do prefeito José Serra, o projeto de renovação do centro de São Paulo,

⁷ Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUZEIS.pdf. Acesso em: 18/08/2016.

intitulado Nova Luz. A primeira versão do projeto tinha como perímetro delimitado uma área entre as avenidas Rio Branco e Cásper Libero. Onze quadras seriam totalmente desapropriadas e outras duas seriam parcialmente para a constituição de um grande espaço para a construção de equipamentos urbanos – uma proposta que visava a qualificação dos espaços públicos ao longo das principais vias. Em resumo, a primeira versão do projeto Nova Luz tinha na iniciativa privada um fundamental agente de transformação da região central de São Paulo.

Em agosto de 2011, foi apresentada uma nova versão do projeto, mais consolidada e mais detalhada do que a primeira. A justificativa, apresentada na introdução do projeto Nova Luz, apresenta dados que nos mostram um periférico crescimento descontrolado que os levou a repensar as formas de se intervir na cidade. Mais uma vez, acentua-se que o projeto vem como ações do poder público para requalificar o centro paulistano, incentivando seus usos residenciais e comerciais.

Com o corpo do projeto finalizado, os objetivos do projeto foram assim definidos⁸:

O Projeto Nova Luz busca assim, requalificar este trecho da região central da cidade de São Paulo elevando a qualidade do ambiente urbano, com o objetivo de ampliar o uso residencial oferecendo mecanismos que possibilitem a permanência dos atuais residentes e atraindo novos moradores, consolidar as atividades comerciais existentes, em especial os eixos de comércio especializado e atrair novos negócios e atividades econômicas.

Tal iniciativa apresenta três diretrizes principais: viabilização de espaços públicos, atrair novos moradores e empregos à área central e implantar programas desejados para o perímetro. Fica explícita a necessidade de se demolir edificações para a construção de novas, voltadas aos objetivos acima citados. Um projeto de renovação urbana que promete tornar a região da Luz em um bolsão de luxo, bem no meio de São Paulo. A área demarcada por essa última versão do projeto encontra-se, em sua maioria, dentro de uma demarcação de ZEIS, Zona de Interesse Social, voltada para a aplicação de Habitações de Interesse Social e Habitação de Mercado Popular, com 11 quadras e 221 imóveis. Segundo pesquisas realizadas pelo consórcio Nova Luz, na área que abrange o projeto residem cerca 12 mil pessoas, uma densidade demográfica de 220,6 pessoas por hectare, número elevado para os padrões da região central. Estimou-se a existência de 7,1 mil habitações ou domicílios na região, sendo que quase 40% estariam inabitáveis.

⁸ PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Projeto Nova Luz - Outubro de 2012, p. 3.

Com relação aos moradores, estimou-se que 70% moram no bairro há mais de dois anos, sendo que, dessa proporção, 45% são residentes há mais de 10 anos, demonstrando o acentuado vínculo desses moradores com a região. Já nos dados voltados para as características econômicas da região, observou-se a predominância do setor terciário, com atividades voltadas para o comércio e prestação de serviços. Com destaques para as ruas da região da Santa Ifigênia, em que o comércio volta-se ao setor de tecnologia e serviços de manutenção de aparelhos e veículos, trazem para a região uma grande circulação populacional e de mercado.

Apesar dos dados acima demonstrarem a importância econômica e a alta densidade populacional, o projeto Nova Luz foi desde o início de seu planejamento justificado pela necessidade de se eliminar um espaço intitulado como Cracolândia – nome que se refere a uma região delimitada, mas que afeta toda a população que circula pelo centro da cidade. Em reportagem⁹ realizada pela Folha de S. Paulo, destacou-se que “a região central de São Paulo ganhou esse apelido no início da década de 90, quando o crack – subproduto da cocaína – se tornou uma droga da moda entre as classes C e D na cidade”.

Durante os avanços das discussões em torno do projeto Nova Luz, as ações repressivas por parte do Estado se intensificaram na região. Polícias Civil e Militar lançavam a todo o momento “Operações Limpezas”, visando erradicar o tráfico de drogas na região da Cracolândia. Concomitantemente, o então prefeito Gilberto Kassab, em sabatinada realizada pelo jornal Folha de S. Paulo, declarou que “a Cracolândia não existe mais. Agora é Nova Luz. Ela é realidade”. Outro aspecto de extrema importância na análise do projeto é que o Nova Luz é fruto de uma lei urbanística, chamada Lei da Concessão Urbana¹⁰, aprovada em 2009 pela Câmara Municipal. Em resumo, uma lei que dá ao poder privado, em parceria com o poder público, o poder de desapropriar qualquer região com o intuito de renová-la.

O consórcio encarregado pela elaboração do projeto foi formado pelas empresas AECOM, Concremat, Cia. City e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Posteriormente, foi tratado como Consórcio Nova Luz e conceituou concessão urbana da seguinte forma¹¹:

A Concessão Urbanística é um instrumento de política urbana previsto no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - PDE/2002, e regulamentado pela Lei Nº 14.917, de 7 de maio de 2009, que objetiva promover a urbanização ou a reurbanização de parte do território municipal, em área de operação urbana ou área de

⁹ “Saiba por que a região central de São Paulo é chamada de Cracolândia” (FELTRAN, Gabriel. Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>). Acesso em 20/08/2016.

¹⁰ Lei 14.918, de 7 de Maio de 2009, Lei de Concessão Urbanística.

¹¹ PEZOTI, Rosângela Helena. O projeto Nova Luz e a participação dos sujeitos coletivos: um processo de reurbanização em questão. São Paulo: PUC, 2012.

intervenção urbana, através de requalificação e reordenamento do espaço urbano norteado por um projeto urbanístico específico atendendo aos princípios do artigo do PDE/2002.

A proposta desse projeto de renovação procura atrair outro tipo de população e investimento para o bairro, criando estratégias espaciais para afastar seus atuais usuários e as camadas de menor poder aquisitivo que ali residem. Por se tratar de uma área com uma população de mais de 20 mil habitantes, o processo de elaboração e implementação do projeto sofreu muita resistência por parte dos moradores do bairro. Eles queriam diálogos e participações na elaboração do projeto.

Utilizando os meios jurídicos, a pressão social conquistou uma vitória importante. Na segunda quinzena de janeiro de 2013, o Poder Judiciário suspendeu o projeto Nova Luz e determinou a reelaboração de várias de suas etapas, sob pena de multa diária. Na decisão emitida pela justiça, questionou-se a participação da sociedade civil no planejamento do projeto. As principais teses acolhidas pelo Poder Judiciário versavam sobre o atraso da formação dos conselhos gestores populares, conquistado através da pressão popular, como também a falta de propostas dentro do projeto que asseguravam a permanência da população já residente do bairro.

Diante da decisão determinada pela justiça, o então novo prefeito eleito, Fernando Haddad, decidiu abandonar essa última versão do projeto, que foi desenvolvida pelo Consórcio Nova Luz a pedido da administração anterior. Alegando que o projeto até então não se apresentava como adequado para o perfil socioeconômico da região, decidiu repensar o projeto de requalificação da área, porém, sem descartar a colaboração da iniciativa privada. Assim, para a região seria adotado o modelo de Parceria Público-Privada (PPP), no qual ficaria para a iniciativa privada a função de apresentar propostas que contemplassem o uso misto das edificações, com usos comerciais nos andares baixos e térreos e os demais para o uso de moradias populares.

Visto que não existe a possibilidade de colaboração da iniciativa privada em projeto de requalificação sem o interesse na obtenção de lucros, em razão das lógicas dos mercados imobiliários, é dever da sociedade acompanhar o desenrolar desses tipos de ações do poder público na busca de conquistar um novo modelo de requalificação urbana a ser empregada no centro de São Paulo, buscando evitar abusos de poder econômico e preservando os direitos das populações atingidas.

3.2 Associação Amoaluz

Ao adentrar a área central da cidade de São Paulo, nos deparamos com uma grande gama de moradores, ruas de grande comércio e de grande relevância política nas questões voltadas às demandas urbanas com várias associações de moradores, de moradores em situação de rua, moradores de ocupações e comerciantes. Assim, o bairro vivencia as tensões de um projeto de requalificação urbana que pretende criar um “novo bairro”, sem priorizar a diversificação de moradores, trabalhadores e comerciantes da região, que, já nas primeiras entrevistas, se colocam como exemplos dessa diversidade de atores sociais.

Aqui, na região da Luz, reside uma gama de moradores muito grande, existe uma diversidade de moradia. Segundo a prefeitura, nós somos 11,6 mil moradores, mas eu acredito que tenha mais, porque as ocupações e os cortiços não foram contados e não estão na lista. A diversidade de moradia precisa ser contada, olhada e respeitada. A gente tem também uma diversidade cultural muito grande. Sou filha de imigrantes, meu pai é argentino, e esse é outro perfil de morador da região (P.R., moradora do bairro da Luz)¹².

Em minhas primeiras inserções ao bairro, foi possível dialogar com moradores, porteiros e comerciantes que estavam nas ruas. Todos relataram que jamais tiveram qualquer contato da prefeitura para esclarecimento e diálogo sobre o projeto Nova Luz. As informações vinham pelos jornais e televisão, ao mesmo tempo em que quarteirões inteiros eram demolidos. Essa falta de diálogo da prefeitura com os moradores e comerciantes fez com que um pequeno grupo de moradores passasse a se mobilizar, construindo dentro do bairro pequenas ações de intervenções nas ruas dos bairros, para alertar a toda região os reais objetivos do projeto Nova Luz e suas consequências para os moradores e comerciantes locais. Com um megafone e distribuindo panfletos, iam às ruas do bairro convocando os moradores para a criação de reuniões abertas no intuito de se criar diálogo e mobilização entre a comunidade da região central da cidade.

Em um primeiro momento, essas mobilizações foram organizadas e realizadas por duas jornalistas, moradoras do bairro: Paula Ribas e Camila Oliveira. A tática do microfone trouxe um efeito: um pequeno número de moradores começou a se reunir em um salão situado em cima de uma padaria da região, padaria Auroria, que se intercalava com outros espaços dentro

¹² Entrevista concedida em 5/02/2012 no bairro da Luz.

do bairro, dependendo do número de participantes. O objetivo dessas primeiras reuniões era o de debater o projeto Nova Luz, como também se preparar politicamente para as audiências públicas que começaram a ocorrer no bairro, como parte do processo de implementação do Nova Luz.

Com o decorrer do aumento no número de pessoas interessadas nas reuniões e, principalmente, com a participação nas audiências públicas, o pequeno grupo viu a necessidade política e jurídica de se fundar a Associação Amoaluz – Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz, composta por um pequeno grupo de pessoas de moradores, comerciantes e representantes de movimentos sociais e associação. Nesse mesmo período, o projeto começou a entrar em pauta nos jornais locais e em discussões de cunho acadêmico, visto que as primeiras intervenções da prefeitura começavam a acontecer, com derrubada de prédios e ações por parte da Polícia Militar em relação aos usuários de drogas da região.

Entrando nessa onda, a associação cria um canal na internet, o blog *Apropriação da Luz*, como ferramenta de divulgação e promoção da associação, objetivando aumentar a força política de suas ações e denunciar as irregularidades do projeto Nova Luz. A página virtual realmente aumentou sua visibilidade, levando a Associação Amoaluz a falar em jornais, eventos acadêmicos e produções audiovisuais independentes. Interessante observar que os meios de comunicação, desde o início da mobilização, foram – e ainda são – um grande instrumento para a associação.

Por meio do blog e de canais alternativos da web, detalhados mais adiante neste trabalho, a associação posta vídeos de mobilizações e audiências públicas, e organiza discussões com estudiosos e profissionais da área, a fim de informar sobre aspectos das renovações urbanas e direitos da sociedade civil – criando uma resistência política e cultural através da comunicação. Com o andamento das mobilizações, as aparições em programas e as polêmicas cada vez mais latentes em volta do projeto, as reuniões do movimento começaram a receber cada vez mais pessoas, fazendo com que a associação tomasse uma decisão importante para o desenrolar de suas atividades: modificar o local das reuniões, que passaram a ocorrer dentro da ocupação Mauá.

A ocupação Mauá se trata de um prédio, ocioso até 2007, que serve de base de luta do movimento social em torno das questões de habitação social no centro de São Paulo, o MSTs¹³. É interessante observar que essa ação da associação marca o início do rompimento das barreiras

¹³ MSTs: Movimento Sem Teto de São Paulo

sociais, já que moradores e comerciantes que jamais haviam visitado uma ocupação passam a enfrentar esse preconceito. Esse cenário aumenta o diálogo entre os moradores das ocupações e o restante da população do centro. A ida para a ocupação Mauá trouxe alguns aspectos importantes a serem destacados. No começo das mobilizações, quando as reuniões ocorriam em menor número de pessoas, elas aconteciam de forma mais horizontalizada, com cadeiras em círculos e maior tempo de abertura para as falas.

Com o aumento de adeptos nos encontros, as reuniões passaram a ocorrer de maneira mais representativa. Representantes dos movimentos sociais e das associações detinham o maior tempo de fala e conduziam as reuniões. A própria Associação Amoaluz passou a possuir uma presidente, com a função de conduzir as reuniões e representar a associação em todos os eventos e entrevistas. Nesse momento, é impossível compreender quantas pessoas fazem parte da Associação Amoaluz, visto que muitas que passaram a frequentar as reuniões eram militantes do MSTs, sem qualquer vínculo com a associação e que estavam ali para debater a questão da moradia dentro do projeto de requalificação, assim como os comerciantes que vinham representando sua associação, com o intuito de trazer para a discussão as questões em torno das áreas comerciais do bairro.

Importante ressaltar que esse interesse por parte dos membros do MSTs e por parte da associação de comerciantes em fazer parte das reuniões da Associação Amoaluz aconteceu porque a associação conseguiu reuniões com a prefeitura, graças à exposição que teve nos meios midiáticos e nos meios acadêmicos. As reuniões com a prefeitura se deram com o objetivo de se conquistar uma maior participação da comunidade local no processo de elaboração e execução do projeto Nova Luz, como é demonstrado abaixo, nas atas das duas primeiras reuniões.

Reunião 1

Projeto Nova Luz

Reunião setorial com a moradia. 24/03/11. Local: PMSP – Ed. Martineli 18 andar

Presentes:

Miguel Bucalem (SMDU), Ricardo Pereira Leite (SEHAB), Domingos Pires (SP Urbanismo), Luiz Ramos (SMDU), Camila Maleronka (SP Urbanismo), Maria Estela (SMDU), Alonso

Lopez (SEHAB), Angela Barbon (COHAB), Marília Fernandes (SP Urbanismo), Marianne Biele e Claudia Cid (Consórcio Nova Luz).

Entidade: Amoaluz

Pauta 1:

Processo Participativo

- A Amoaluz declarou a insatisfação em saber que estavam ocorrendo reuniões setoriais apenas com a Associação de Comerciantes da Santa Ifigênia, sem a participação dos outros atores envolvidos.
- A PMSP informou que iniciou as reuniões setoriais com os comerciantes por considerar a posição deles mais problemática, e que reuniões com os moradores também estavam previstas.
- A Amoaluz solicitou à PMSP que fossem realizadas reuniões com todos os grupos envolvidos e que, além das reuniões setoriais entre moradia e comércio, também ocorressem reuniões mensais com a participação de todos os envolvidos.
- A Amoaluz questionou a falta de comunicação e de transparência no projeto Nova Luz e solicitou que as atas de reuniões e as agendas das mesmas fossem publicadas no site do projeto Nova Luz, de forma a construir um processo participativo aberto, transparente e democrático.
- A Amoaluz perguntou sobre a formação do Conselho Gestor do projeto Nova Luz e sobre o Conselho Gestor da ZEIS, que já deveria ter sido implantado à medida que estamos debatendo a ZEIS.
- A PMSP informou que iniciará as reuniões setoriais com todos os grupos e irá avaliar a possibilidade de ter reuniões gerais, bem como de publicar as atas no site do projeto. Informou que os Conselhos estão sendo formados, porém sem data prevista para iniciar.

Pauta 2:

Cadastramento dos Moradores

- A AMOALUZ afirmou que quer contribuir para o cadastramento dos moradores, pois o considera importante para o detalhamento do projeto e a identificação dos moradores e comerciantes na área. Porém, solicita:
- Que os comerciantes também sejam cadastrados, e não apenas moradores.
- Que o cadastrado receba um protocolo informando que foi cadastrado para fins do projeto Nova Luz no dia x.

- Que os resultados e a tabulação destes resultados sejam públicos e acessíveis à população e aos atores envolvidos.
- Que seja revisto o item do cadastro que pede para que o entrevistador “não pergunte, apenas observe” as condições do imóvel, à medida que o entrevistado deve ter plena ciência de todos os itens avaliados pelo cadastro, a ser feito de forma transparente e pactuada.
- A PMSP informou que os comerciantes também serão cadastrados (sem previsão da data de início); que os dados serão públicos e que irá rever o item que não informa o cadastrado sobre a avaliação do entrevistador.
- A PMSP ficou de dar retorno perante a solicitação de fornecer um protocolo às pessoas cadastradas.

Fonte: Blog Apropriação da Luz¹⁴

Reunião 2

Projeto Nova Luz

Reunião setorial com a moradia. 28/03/11. LOCAL: PMSP – Ed. Martineli 18 andar

Presentes:

Domingos Pires (SP Urbanismo), Luiz Ramos (SMDU), Alonso Lopez (SEHAB), Maria Estela (SMDU).

Entidade: Amoaluz

Pauta 1:

Apresentação do Plano Preliminar de Urbanização de ZEIS

- A Amoaluz iniciou a reunião perguntando se já havia definições sobre as solicitações da reunião passada, sobretudo protocolo para o cadastro, atas das reuniões publicadas e agenda de reuniões com todos os grupos envolvidos.
- A PMSP não tinha ainda resposta sobre o protocolo nem sobre a publicação das atas. E informou que a próxima reunião de moradia chamaria os outros grupos ligados à habitação. Porém as reuniões unindo comerciantes e moradores não haviam sido agendadas ainda.

¹⁴ Disponível em: <http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20/05/2016.

- A PMSP e o Consórcio Nova Luz apresentaram o Plano de ZEIS, informando a demanda de habitação, a quantidade e dimensionamento de unidades propostas, os equipamentos sociais e espaços públicos previstos etc.
- A Amoaluz questionou os critérios para intervenção na área do projeto Nova Luz, que atua sobre áreas produtivas, consolidadas e que exercem atividade no local há muitos anos e são pontos de referência para a região e muitas vezes para o restante da cidade. Os critérios de manutenção das áreas são apenas materiais (legislação de preservação, porte da edificação, características paisagísticas e arquitetônicas), não considerando a relevância das atividades existentes, seu grau de produtividade, sua importância local e seu significado como patrimônio imaterial.
- A Amoaluz afirmou que o projeto deve ser pensado quadra a quadra, identificando as atividades produtivas que mereçam ser mantidas ou requalificadas e áreas vazias ou subutilizadas que não cumprem a função social da propriedade e podem ser objeto de transformação. Há a necessidade de que estabeleçam outros critérios para a manutenção das áreas que não são apenas os construtivos.
- A Amoaluz afirmou a necessidade de o projeto atuar na requalificação das áreas produtivas, e não apenas na sua demolição, seja comércio, serviços ou moradia, melhorando sua estrutura e permitindo que elas permaneçam onde estão e mantenham as relações sociais preexistentes.
- A PMSP informou que precisavam ser definidos critérios objetivos para a escolha das áreas de intervenção e, por isso, foram usados somente critérios construtivos, já que os outros eram imprecisos. Outra justificativa para a grande área de intervenção é a de a Nova Luz ser uma zona de centralidade, com muita infraestrutura de transporte disponível e com a possibilidade de absorver uma densidade muito maior que a existente e, por isso, o projeto é baseado no conceito de Cidade Compacta, que pretende ampliar as possibilidades de uso da área.
- A PMSP se prontificou a receber sugestões para a definição de outros critérios que não apenas os construtivos.
- A Amoaluz mencionou a sobreposição de políticas públicas: projeto Nova Luz e Programa de Cortiços. O projeto Nova Luz propõe demolir áreas onde estão cortiços e o Programa de Cortiços é pautado na manutenção e requalificação dos cortiços nas áreas centrais.
- A Amoaluz afirmou que os cortiços, quando em condições de habitabilidade adequadas, deveriam ser excluídos das áreas de transformação, e mantidos como habitação coletiva adequada à Lei Moura. Contudo, sua população pode receber prioridade na ocupação das

ZEIS. Porém, é necessário pensar mecanismos que garantam a habitabilidade e permanência da população na área, até a implantação das habitações sociais. A moradia provisória é outro item para ser considerado, a ser realizada durante o menor tempo possível e com garantia firmada em contrato, para não ocorrer como no caso das demolições dos Edif. São Vito e Mercúrio. O ideal é que as famílias só desocupem suas casas quando receber a habitação definitiva.

- O SEHAB informou que seria melhor ter outros representantes de organização civil com foco em moradia presentes na próxima reunião, onde seria passado novamente o slide com o plano detalhado da ZEIS. O SEHAB ficou responsável por entrar em contato com os outros grupos.

- Ficou prevista uma próxima reunião, a ser realizada no dia 30 de março, para reapresentar o Plano de ZEIS para os demais grupos civis organizados, e no dia 01 de abril uma reunião para tratar das regras que gerem as ZEIS.

Fonte: Blog Apropriação da Luz¹⁵

Em um primeiro momento, essas reuniões consentidas pela prefeitura foram vistas como um grande passo na tentativa de se reelaborar o Nova Luz. Porém, com o avanço dessas reuniões, a associação, e o grupo que se formou em volta dela, percebeu que tais encontros em nada ajudavam no processo de transformar o processo de requalificação do centro em um processo participativo. Assim, com ajuda de outros movimentos sociais da região e com a assessoria da comunidade acadêmica, a associação apresentou uma carta à Secretaria Municipal de Habitação, com o objetivo de se criar um conselho gestor dentro da área demarcada pelo Nova Luz.

Proposta de formação do Conselho Gestor da ZEIS

11/05/11 às 21h01

Amoaluz – Associação dos Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz

¹⁵ Disponível em: <http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20/05/2016.

São Paulo, 03 de Maio de 2011

Ao Sr. Alonso Lopes, representante da Secretaria Municipal de Habitação, Sr. Luiz Ramos, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e equipe técnica do Consórcio Nova Luz.

A Amoaluz, Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz, formada por moradores, comerciantes, usuários da região e demais integrantes da sociedade civil, vem por meio deste documento, juntamente com os movimentos sociais que atuam na região, apresentar uma proposta para a formação do Conselho Gestor da ZEIS 3, inserida no perímetro do projeto Nova Luz.

Inicialmente, cabe ressaltar que as diretrizes apresentadas pelo projeto Nova Luz para o Plano de Urbanização de ZEIS, bem como a indicação dos prédios a serem demolidos e a permanecer, são propostas preliminares que deverão ser aprovadas pelo Conselho Gestor da presente ZEIS, conforme descrito no item 2.2, pág. 24, do Termo de Referência que rege o contrato do projeto Nova Luz:

“As diretrizes para o Plano de Urbanização de ZEIS deverão ser aprovadas pela contratada junto ao Conselho Gestor da ZEIS. SUBPRODUTO 2.2: Diretrizes para o Plano de Urbanização de ZEIS aprovadas junto ao Conselho Gestor das ZEIS: Relatório especificando justificadamente: o programa preliminar de atividades e intervenções consideradas para o perímetro das ZEIS, com as respectivas distribuição e localização territorial; identificação dos imóveis a serem objeto de concessão e para estes, caracterização dos usos pretendidos; estimativa de incremento de postos de trabalho; estimativa de população a ser atendida, indicando o número de unidades habitacionais e a tipologia definida em função de perfil do morador; relação dos imóveis a preservar e das áreas e imóveis a valorizar criando elementos referenciais. PRAZO: Cinco semanas, a partir da entrega do subproduto 1.1.”

Apresentamos a seguir a proposta de formação do Conselho Gestor da ZEIS, elaborada com base nos conselhos já existentes, como o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo e na legislação correspondente à formação dos Conselhos: Plano Diretor (Lei 13.430 de 13 de Setembro de 2002) e Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização.

Propomos para o Conselho Gestor da ZEIS 3, inserida no perímetro do projeto Nova Luz, um Conselho tripartite, formado por:

I. Representantes do poder público

Deve incluir, conforme definição do Plano Diretor, as representações da SEHAB e da subprefeitura envolvida, no caso a Subprefeitura da Sé. Os demais integrantes ficam a critério da Secretaria Municipal de Habitação.

II. Representantes de entidades comunitárias e de organizações populares

Deve incluir as entidades ligadas diretamente à questão habitacional do projeto Nova Luz. Propomos que a escolha das entidades que farão parte do Conselho seja uma decisão pactuada entre as mesmas, e não por voto, à medida que as entidades que apresentam interesses em comum possam decidir por quem serão representadas.

III. Representantes da sociedade civil: moradores da área do projeto Nova Luz

Deve incluir obrigatoriamente um representante de cada categoria afetada pelo projeto Nova Luz, considerando que cada grupo descrito abaixo é impactado de forma distinta pelas diretrizes do projeto Nova Luz:

1. Proprietários de imóveis habitacionais a serem demolidos;
2. Inquilinos de imóveis habitacionais a serem demolidos;
3. Proprietários de imóveis habitacionais a permanecer;
4. Inquilinos de imóveis habitacionais a permanecer;

É importante ressaltar ainda os seguintes pontos:

- A ZEIS 3 trata de intervenção em área subutilizada, e as habitações a serem construídas receberão mais moradores do que os que estão hoje no perímetro da ZEIS. Portanto, os representantes de proprietários e inquilinos devem incluir moradores de toda a área contida no perímetro da Nova Luz e não apenas os moradores da área de ZEIS, à medida que os moradores dos prédios demolidos e transformados de todo o perímetro da Nova Luz deverão ter o direito de ocupar as novas habitações construídas na área de ZEIS. O Artigo 178 do Plano Diretor define que deverá ser garantida a participação “da população moradora da ZEIS, ou daquela para a qual as ZEIS estiverem destinadas”.
- Conforme descrito no § 7º do Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização, “caberá ao Conselho Gestor elaborar e aprovar seu Regimento Interno, bem como a forma de participação da população e de organizações não-governamentais atuantes na área, em suas discussões e nas deliberações referentes ao Plano de Urbanização”.
- Acreditamos ser de fundamental importância que a Defensoria Pública e o Ministério Público atuem junto ao Conselho Gestor como entidades de acompanhamento e monitoramento do

processo em curso, podendo acompanhar as reuniões do conselho e orientar as decisões visando o interesse coletivo e a defesa dos direitos humanos.

Atenciosamente,

Amoaluz (Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz)

Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça (Ocupação Mauá)

UMM (União dos Movimentos de Moradia)

ULC (Unificação da Luta de Cortiços)

Apoio:

GARMIC (Grupo de Articulação para a Conquista da Moradia do Idoso da Capital)

FLM (Frente de Luta da Moradia)

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

MNPP (Movimento Nacional da População de Rua)

MSTC (Movimento dos Sem Teto do Centro)

ASTC (Associação dos Sem Teto do Centro)

MMRC (Movimento de Moradia da Região Centro)

MMC (Movimento de Moradia do Centro)

Fonte: Blog Apropriação da Luz¹⁶

A partir dessa carta, e com uma pressão social realizada por parte da associação e dos movimentos envolvidos no processo de elaboração da proposta de formação do conselho gestor, um conselho gestor de ZEIS 3, do projeto Nova Luz, foi fundado em junho de 2011. Esse foi o primeiro conselho fundado no país para debater moradias já urbanizadas. O conselho foi elaborado com base na legislação correspondente à formação dos conselhos e no conselho gestor já existente, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, bem como, de acordo com o Plano Diretor (Lei 13.430 de 13 de setembro de 2002) e Decreto nº 45.127, que dispõe sobre as ZEIS e seus Planos de Urbanização.

¹⁶ Disponível em: <http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20/05/2016.

Esse conselho municipal é constituído por um conselho tripartite, formado por representantes do poder público, representantes de entidades comunitárias e de organização popular, e representantes da sociedade civil, formado por moradores da região do projeto Nova Luz. O conselho buscou dialogar e trazer temas ao projeto no que tange a questões ligadas à qualidade de vida, equilíbrio, otimização dos espaços públicos e sustentabilidade. Trata-se de um mecanismo democrático que, desde sua formação, vem encontrando resistências dos órgãos públicos, causadas pela falta de inclusão e transparência em todo o projeto de construção e execução do projeto Nova Luz.

Um fato interessante observado, no que diz respeito aos interesses dentro da associação, é que, antes da criação dos conselhos, seus membros eram divergentes. Comerciantes, moradores e representantes de movimentos de habitação não eram unificados, e cada categoria defendia propostas e ideias próprias. Por esse motivo, notava-se até mesmo um distanciamento dos grupos dentro das próprias reuniões da associação. Com a criação do conselho, houve uma aproximação dessas classes, criando um elo entre todos os envolvidos. Outro ponto interessante é a crescente importância que a associação afirmou de se utilizar da comunicação para fortalecer vitórias e continuar os diálogos e discussões sobre o centro de São Paulo.

A associação criou um novo canal de comunicação na internet. Agora, além do blog *Apropriação da Luz*, a Associação Amoaluz criou uma TV Web *Apropriação Da Luz*, em parceria com o coletivo *Casa Fora do Eixo*, e com o grupo de teatro *Cia Pessoal do Faroeste*. A TV Web tem programas que visam interagir com as ações propositivas que já acontecem no bairro e dar espaço aos protagonistas dessas ações em prol da região central. Além disso, discute saídas para a requalificação do espaço do centro. Os programas são transmitidos ao vivo por sites, blogs e redes sociais na internet e contam com a participação de pessoas ao vivo, com convite aberto no blog da associação e também com perguntas e colocações de internautas através das redes sociais. Isso mostra que parte da força da associação se deu pelos mecanismos que as novas tecnologias vêm oferecendo para movimentos sociais contemporâneos.

Com o decorrer do conselho e a mudança de gestão da Prefeitura de São Paulo, a associação conquistou vitórias importantes. A primeira e mais importante foi a decisão da justiça que ordenava a Prefeitura de São Paulo a refazer o projeto Nova Luz. Tal ordem levou o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, eleito em outubro de 2012, a engavetar o projeto, e elaborar um projeto de escala e impactos menores para o bairro. Outras vitórias

vieram na posição que a associação ganhou por meio de seus porta-vozes em discussões dentro dos órgãos públicos de São Paulo, como, por exemplo, a discussão da revisão do plano diretor.

A nova gestão da Prefeitura de São Paulo organizou reuniões com diversos movimentos de moradia da cidade, inclusive com o movimento Amoaluz. A primeira reunião, no dia 05 de fevereiro de 2013, contou com a presença de 23 representantes de diversos movimentos organizados para debater moradia na cidade de SP nas mais diversas regiões, como zona sul, zona leste, centro, zona oeste, entre outros. As entidades foram ouvidas e as questões levantadas foram discutidas. A Amoaluz, representada por atores ativos da associação, apresentou alguns pontos para debater e ser incluído como pauta na revisão: as operações urbanas, os projetos urbanísticos na cidade, a lei da concessão urbanística (onde se enquadra o Nova Luz), as PPP (Parcerias Público-Privadas) e mais transparência no momento de execução dos projetos.

Com o lançamento da proposta da Parceria Público-Privada, formulada por empresas privadas para a agência *Casa Paulista*, do governo do Estado, que recentemente contou com a adesão da prefeitura para a produção de 20 mil unidades habitacionais na área central do município de São Paulo, a Associação Amoaluz, juntamente com outros movimentos populares, setores da administração pública e centros de estudos ligados a universidades, elaborou uma carta aberta, alegando preocupação quanto à elaboração do plano e a falta de participações democráticas no processo de elaboração e execução do plano, descrita abaixo.

Carta Aberta

Questões para a PPP da “Casa Paulista” para o centro de São Paulo

As entidades abaixo assinadas vêm manifestar sua preocupação diante do lançamento da proposta de Parceria Público-Privada, formulada por empresas privadas para a Agência “Casa Paulista” do governo do Estado, que recentemente contou com a adesão da prefeitura, para a produção de 20 mil unidades habitacionais na área central do município de São Paulo.

A proposta parece contemplar reivindicações históricas dos setores que atuam em defesa do direito à moradia no país, incluindo a provisão de habitação popular no centro, o estímulo a uma ocupação com mistura social e a combinação de subsídios e cooperação entre União,

estados e municípios. Mas tais conquistas podem não se tornar realidade, caso não sejam equacionadas algumas questões essenciais.

Tal como se apresenta até o momento, a proposta não foi formulada no âmbito de um plano habitacional abrangente para a cidade e não contou com a participação de diversos segmentos da sociedade civil interessados no tema. Há um descolamento em relação à situação de moradia na região, marcada por cortiços e ocupações, alto índice de idosos, moradores em situação de rua e trabalhadores informais, além da existência de um parque edificado ocioso que não cumpre sua função social.

Além disso, o modelo adotado reduz a intervenção habitacional à construção e oferta de novas unidades e subsídio à aquisição, negligenciando questões centrais como a política fundiária e outras formas de promoção do direito à moradia, como a locação social e a reabilitação de prédios subutilizados.

Considerando tratar-se de um projeto de intervenção urbana e não de uma política habitacional abrangente – que deve ainda ser formulada e debatida com a sociedade – ainda assim são nossos principais objetos de preocupação os seguintes pontos:

1. Ação habitacional sem política habitacional: entendemos que embasar a política habitacional para a área central em uma ação, modelada ou não como uma PPP, é uma maneira equivocada de tratar um tema tão complexo, podendo acirrar os conflitos pela disputa fundiária diante do cenário de especulação imobiliária que testemunhamos em São Paulo. Uma política efetiva deve vir precedida de um diagnóstico mais preciso do déficit e da inadequação habitacional, da cidade e dos seus diferentes territórios, e da especificidade da área central. Deve ainda vir acompanhada de uma política fundiária que lhe dê suporte.

2. Indefinição das áreas de intervenção e fragmentação das ZEIS 3: a proposta delimita seis perímetros, mas não especifica quais os limites de um eventual decreto que os torne sujeitos à desapropriação nem se eles serão integralmente submetidos aos planos de urbanização das ZEIS. Por outro lado, ignora a delimitação das ZEIS 3 ao não abordá-las de forma integrada, valendo-se, entretanto, de alguns de seus lotes.

3. A PPP ignora os Conselhos Gestores das ZEIS 3: conforme exigência estabelecida no capítulo da Gestão Democrática e Controle Social constante do PDE de 2002, em cada perímetro de ZEIS deve ser formado um Conselho Gestor, eleito por representantes da sociedade, que acompanha e elabora um plano de urbanização do local. O prazo apresentado

para a implantação da PPP claramente ignora o tempo necessário à eleição e atuação dos Conselhos.

4. Indefinição sobre a execução da desapropriação: não está clara a extensão das atribuições do parceiro privado, no tocante à desapropriação dos imóveis afetados. É preciso esclarecer a quem cabe conduzir as negociações: se ao agente privado caberá solicitar ao poder público as desapropriações, ou se contará com a prerrogativa de promovê-las diretamente (tal como na lei da Concessão Urbanística aplicada ao projeto Nova Luz, cuja legalidade foi amplamente questionada). Neste segundo caso, cabe esclarecer se o agente privado poderá fazer desapropriações para implantar outros usos, que não o habitacional.

5. Ausência de definição do perfil dos beneficiados: a proposta, veiculada como alternativa para quem mora na periferia e trabalha no centro, está descolada das características dos atuais moradores do território em condições de inadequação habitacional – em grande medida, locatários de baixíssima renda que não se enquadram no perfil socioeconômico exigido pelas linhas de financiamento existentes, mesmo contando com amplo subsídio. A prioridade dada a trabalhadores do centro, sem detalhar tal categoria e definir critérios de verificação, mostra-se temerosa, uma vez que a maioria dos trabalhadores do centro é informal. No caso da ZEIS 3 C 016 - Sé (inserida no perímetro do projeto Nova Luz), 85% da população possui renda inferior a 3 s.m., 72% habitam imóveis alugados e cerca de 85% são trabalhadores informais.

6. Risco de gentrificação: a PPP está formulada a partir da oferta de moradia e não da demanda real por habitação existente no território. Portanto, ameaça a permanência da atual população residente, que pode ser expulsa pela substituição do tecido existente e pela falta de alternativas adequadas ao seu perfil. Além disso, a proposta não traz preocupações em relação à permanência dos novos moradores de baixa renda na região central após a aquisição das unidades.

7. Falta de critérios para definição e controle da qualidade da habitação social: a proposta não apresenta os parâmetros mínimos de qualidade dos tipos habitacionais, nem sequer menciona a necessidade de sua definição a partir de um amplo processo de discussão e construção com os atores sociais envolvidos. O empreendedor deve atender a parâmetros mínimos para que as necessidades habitacionais sejam atendidas adequadamente.

8. Impacto nas atuais atividades produtivas locais: a proposta é omissa quanto ao impacto nas atividades econômicas existentes nas quadras afetadas (comércio e serviços, de pequenos empresários) durante todas as etapas de sua implantação.

A falta de definições claras sobre o seu destino, assim como sobre as fases, frentes e prazos da obra também impacta negativamente os atuais ocupantes do território, incluindo comerciantes, prestadores de serviços, trabalhadores e usuários.

9. Indefinição quanto ao atendimento habitacional provisório: a proposta também é omissa quanto ao impacto das intervenções na vida da atual população moradora, não definindo o atendimento que será oferecido nas eventuais remoções para a execução das obras, mesmo que provisório.

10. Indefinição quanto ao cronograma de atendimento das diferentes faixas de renda: a falta de definição dos perfis sociais prioritários de atendimento pode dificultar o acesso da população de mais baixa renda à produção habitacional, tendo em vista o progressivo encarecimento do preço da terra como consequência da intervenção urbana.

11. Exclusão de segmentos vulneráveis no cadastro realizado pela concessionária: a proposta delega ao concessionário o cadastro e seleção dos beneficiários, o que significa adoção de critérios de mercado, e não de prioridade social. O único ente legítimo para execução dos cadastros é o poder público.

Assinam esta Carta Aberta:

Associação dos Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e Luz - AMOALUZ

Central de Movimentos Populares – CMP

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos - CGGDH

Conselho Gestor ZEIS 3 C 016 –Sé – Representantes da Moradia

Defensoria Pública do Estado de São Paulo- Núcleo de Habitação e Urbanismo

Frente de Luta por Moradia – FLM

Grupo de Articulação para Moradia do idoso da Capital - GARMIC

Habitat Projeto e Implantação para o Desenvolvimento do Ambiente Habitado e Urbano-

Brasil Habitat

Instituto Polis

Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LabCidadeFAU-USP

Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos - LabHab FAU-USP

Movimento Apropriação da Luz

Movimento de Moradia Para Todos – MMPT

Movimento de Moradia da Região Centro – MMRC

Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP - SAJU
União dos Movimentos de Moradia – UMM.

Fonte: Blog Apropriação da Luz¹⁷

Atualmente, as reuniões da associação não estão ocorrendo. Percebe-se um distanciamento de alguns atores sociais que se envolveram na rede criada pela associação em decorrência do engavetamento do projeto. Em reuniões entre a pesquisadora e representantes do movimento, percebeu-se que a associação ganhou força e adesão com o avanço das atividades da Prefeitura de São Paulo, no que se referia à implantação do projeto Nova Luz. Com a interrupção das atividades por parte do atual prefeito, Fernando Haddad, a associação começou a perder força, com reuniões cada vez mais esvaziadas. No início do engavetamento do Nova Luz, as reuniões ainda apresentavam um número considerável de participantes, entre 200 a 300 pessoas, e ainda se discutia questões ligadas à revitalização do centro e os projetos agora propostos pela prefeitura como a PPP, já citada acima.

Porém, com o avanço do tempo, percebe-se que as reuniões que acontecem dentro da ocupação Mauá voltaram a ter características tradicionais, com pautas dos Movimentos Sem-Teto e praticamente sem a participação dos atores de fora da ocupação. Até mesmos os canais de comunicação da associação perderam força: o blog passou a receber publicações raramente, teve sua última publicação no ano passado, mesma época em que ocorreu a última TV Web, projeto que o Amoaluz realizou juntamente com o coletivo *Fora do Eixo*. Fica nítido que, com o engavetamento do projeto, a associação perdeu força política, ocorrendo um esvaziamento de ações e de atores.

3.2.1 Os atores da Amoaluz

A Associação Amoaluz se intitula Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz, e, apesar de receber e interagir com militantes de várias bandeiras do centro da cidade, é formada por um pequeno grupo de pessoas. A Amoaluz é formada por moradores do bairro,

¹⁷ Disponível em: <http://apropriacaodaluz.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20/05/2016.

sejam moradores com suas casas próprias ou moradores de ocupações e comerciantes. Uma parte desses moradores, que acabou por se envolver com a associação, não possuía qualquer envolvimento com os movimentos de moradias e ONGs presentes no centro, como o caso da moradora G. C., proprietária de um imóvel de classe baixa, localizado em um dos prédios tombados do centro de São Paulo. Além dessa moradora, é notável a participação de mais outros dois proprietários de imóveis em prédios de classe baixa da região.

Ao serem indagados do motivo de se envolverem politicamente com a Associação Amoaluz os moradores apresentaram as mesmas preocupações em torno do projeto Nova Luz. “Estou me sentindo como se eu tivesse uma faca em minha garganta. Estamos nos sentindo como se fossemos marginalizados” (G.C., proprietária e moradora do bairro da Luz)¹⁸. A fala reflete a forma como a falta de comunicação da prefeitura da cidade e do governo estadual com os moradores da região central da cidade trouxe para esses moradores e comerciantes medos e preocupações que concerne ao futuro de suas casas e comércios na região.

Pela lei, se você for ler a lei, eu não tenho garantias de permanecer dentro do apartamento mesmo ele tombado, porque é uma área de revitalização. Revitalizar é: eles vão mudar a estrutura do quarteirão, a função do quarteirão, o comércio do quarteirão, as moradias dos quarteirões, e eu não sei onde vou ficar, como eu vou ficar (G.C., proprietária e moradora do bairro da Luz)¹⁹.

Essa situação de incerteza estimulou os moradores a trabalharem em prol dos seus direitos. Assim, surge a Amoaluz. Nascida no interior do bairro, a associação se caracteriza por ser uma rede de atores sociais interligados em um objetivo comum: barrar o projeto Nova Luz e conquistar uma renovação urbana para a região que não seja elaborada para fins da especulação imobiliária. As idas ao bairro, as reuniões da associação e as observações de seu cotidiano foram realizadas também no sentido de identificar quem eram essas pessoas que, para atingirem seus objetivos, se propuseram a criar diálogos e convivências com outros indivíduos que, até então, não faziam parte de seu convívio político e social dentro do bairro.

As idas ao bairro mostraram um esforço por parte de um pequeno grupo de moradores e comerciantes de fortalecer a associação politicamente, para, assim, “ganhareм voz” dentro do processo de planejamento e implementação do projeto Nova Luz. Dentro desse processo, vimos emergir, em alguns participantes da associação, um senso crítico e uma consciência política, como colocado pela presidente da associação:

¹⁸ Entrevista concedida em 8/2/2012, no bairro da Luz.

¹⁹ Entrevista concedida em 8/2/2012, no bairro da Luz.

Eu sempre falo que eu saí do armário social e comecei a exercer minha cidadania. Não estava nem aí para o meu bairro, mas chega uma hora que você é tão massacrado moralmente, que você mora no meio do tráfico, que você mora perto da bandidagem, nossa eu era motivo de chacota na escola, por causa do lugar onde eu morava. Para mim, esse movimento todo é quase uma libertação pessoal (P.R., moradora do bairro da Luz e presidente da Amoaluz)²⁰.

Esse movimento de consciência política acabou por alargar os diálogos entre a variada gama de moradores e proprietários da região central e, por conta disso, vemos a adesão por parte dos militantes do Movimento Sem-Teto e a ideia de realizar as reuniões da Amoaluz dentro da ocupação Mauá. Assim, se observou que a gama de atores sociais que aderiram à Amoaluz foi se diversificando. Nas reuniões, o que víamos nesse momento era moradores, comerciantes, militantes, professores, arquitetos, estudantes. Conforme a associação ia alcançando espaços de discussão nas mídias, mais pessoas iam se aproximando da associação. Sempre levantando a mesma questão, via-se que a associação delimitou suas ações a um único objetivo comum. “Não é que não queremos melhorias para o bairro, sim, queremos. Mas agora que o bairro vai melhorar, porque eu tenho que sair daqui?” (P.R., moradora do bairro da Luz e presidente da Associação Amoaluz)²¹.

A fala dessa moradora se perpetuava nas falas dos demais entrevistados no bairro. As incertezas decorrentes da total falta de comunicação da Prefeitura de São Paulo fizeram com que esses moradores, que até então não possuíam qualquer relação com os movimentos sociais do centro, se tornassem atores dentro da associação aqui estudada. A consolidação da pauta sobre moradia e sobre permanência se consolidou como bandeira de luta da associação, com aproximação dos atores da associação com atores presentes no Movimento Sem-Teto. Ao participarem das reuniões promovidas pela associação, os coordenadores do MST acrescentaram sua agenda de luta já tradicional aos debates e construções de demandas da associação, como dito por uma das atoras da associação: “Mauá continua sendo moradia de baixa renda sim!” (P.R., moradora e membro da Associação Amoaluz)²².

Isso pelo fato de que, no projeto Nova Luz, a ocupação Mauá seria demolida para a construção de um centro de entretenimento. Assim, desde seus primeiros contatos com o projeto, o MST já criou uma agenda em que colocava como objetivo central a inclusão de habitações sociais dentro do projeto de revitalização Nova Luz, que acabou por fortalecer as

²⁰ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

²¹ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

²² Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

propostas da associação. “Estamos encravados no meio do bairro da Luz, como a prefeitura não enxerga a Mauá, não só a Mauá como muitas ocupações que existem nesse bairro, queremos ser incluídos sim!” (I. A., moradora da ocupação Mauá e participante do MST)²³.

Outro aspecto da associação é a contribuição de arquitetos e acadêmicos presentes nas universidades paulistas que entraram como apoio à associação, pois, ao observarem e estudarem o projeto Nova Luz, observaram inúmeras irregularidades tanto no que diz respeito ao desenho urbano quanto à sua implantação. Assim, a preocupação desses profissionais era que, se o projeto Nova Luz fosse executado como foi proposto, poderia causar danos urbanos e sociais em todas as regiões da cidade. “Tanto o projeto quanto a lei que lhe dá suporte são problemáticos e, se passarem na Nova Luz, vão passar na cidade inteira” (S.G., arquiteta e urbanista, apoiadora da Associação Amoaluz)²⁴.

Os comerciantes locais apresentaram posturas diferenciadas quanto ao ingresso e adesão à Amoaluz. Apesar de receosos com o desenvolvimento do Nova Luz, como a fala descrita abaixo, se colocaram em colaboração com a associação, porém sem aderirem a sua pauta de reivindicações como um todo.

Nunca tivemos nada, eu, meus pais, minhas primas, nada. Nunca ninguém chegou e falou ‘o que você está precisando?’ ou ‘como você vê esse projeto?’. E, de repente, do nada, a gente ouve que vai cair. A paranoia é essa: vai cair, senhor Kassab está com um projeto que vai cair a Santa Ifigênia. Como assim vai cair? Baseado em que vai cair? A gente fica sabendo que ele aprovou uma lei que a gente é obrigada a vender nosso imóvel, nosso patrimônio conseguido durante um século para uma empresa privada (E. O., comerciante da Santa Ifigênia, possui com o pai uma loja de eletrônicos)²⁵.

“Estamos com nossos advogados na justiça para barrar esse projeto, do nada ouvimos que tudo ia cair, queremos o fim desse projeto e elaboração de um novo” (P. G., membro da Associação de comerciantes da Santa Ifigênia)²⁶. Como já mencionado acima, apesar de colaborarem com a Amoaluz, os comerciantes agiram por conta própria, visto que possuem uma tradicional e forte associação de comerciantes locais, como também pelo fato de possuírem posturas quanto às formas de mobilização distintas de outros segmentos ligados ao Amoaluz – por exemplo, os Movimentos Sem-Teto e seus métodos de pressão política. Com o início das intervenções em razão do projeto, eles iniciaram lutas judiciais para a suspensão do Nova Luz,

²³ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

²⁴ Entrevista concedida ao coletivo Fora do Eixo.

²⁵ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

²⁶ Entrevista concedida em 10/6/2012, no bairro da Luz.

e passaram a ser modelo de postura jurídica a ser adotada por outras associações e movimentos que, com eles, mantinham contato graças ao intercâmbio produzido pela Amoaluz.

Por possuir uma variedade de atores, a associação que se formou possui uma diversidade de agendas e demandas. Os comerciantes pediam o fim desse projeto como apresentado e a elaboração de um novo. Os moradores possuíam uma posição de se minimizar os impactos sociais e os movimentos sociais – principalmente os ligados às questões de habitação era o de ganhar habitações dentro do projeto. Enfim, havia várias demandas decorrentes de vários atores que se articularam, gerando a associação e, assim, formando uma frente de ação política no processo de planejamento do centro da cidade. Porém, trazendo a ressalva em que se questiona o caráter de solidariedade tão acentuado pelos representantes da Amoaluz, mas que se colocou em cheque, visto que cada grupo se colocou como colaborador, mas estava ali para defender seus interesses próprios.

3.2.2 As ideias e o movimento da Amoaluz

“A Associação Amoaluz é uma resistência política e cultural por meio da comunicação” (P. R., representante da Associação Amoaluz)²⁷.

A Amoaluz, Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz, tem por objetivo dar voz aos moradores e comerciantes afetadas pelo projeto Nova Luz. Foi formada por um grupo de atores que se uniu para propor demandas a serem acrescentadas no projeto Nova Luz e, assim, discutir e propor um novo centro de São Paulo. Por ter como base de ação a comunicação, a associação mantém redes de comunicação tanto nos meios virtuais – como blogs e redes sociais – quanto em ações nos espaços públicos do centro, a fim de se criar um canal de discussão entre os variados movimentos e associações ali presentes.

Exatamente por ter na comunicação sua principal filosofia, a associação conseguiu se fundar graças ao associativismo que surgiu entre vários moradores e representantes de associações e movimentos sociais já tradicionais no centro da cidade de São Paulo. A associação nasceu a partir do movimento de duas moradoras do bairro que, ao saírem às ruas com megafones e explicações sobre o projeto Nova Luz e suas implicações sociais, foram

²⁷ Entrevista concedida ao coletivo Fora do Eixo.

conquistando espaços nas discussões políticas que ocorriam, principalmente na região central da cidade. Consequentemente, o número de participante nas reuniões foi aumentando, e, assim, houve a necessidade política e jurídica de uma associação.

A Associação Amoaluz nasce em reunião ocorrida no mês de fevereiro de 2010. Com demandas e propostas variadas, a associação foi recebendo ideias e construindo propostas para a construção de um projeto de revitalização. Com o avanço das discussões, a associação promovia um elo entre atores historicamente afastados. Moradores, representantes de movimentos e de associações se dispuseram a dialogar e a conhecer posições contrárias, um movimento que ocorreu de forma natural dentro do objetivo maior que era o de barrar o projeto Nova Luz.

Com o decorrer das intervenções que a associação realizava e as aparições em espaços de discussões sobre o tema, tanto nas universidades quanto nos espaços da mídia, a associação conquistou uma primeira reunião com a prefeitura para tratar sobre o projeto Nova Luz no dia 24 de março de 2011. Nessa reunião, a associação apresentou suas insatisfações quanto ao processo participativo no projeto Nova Luz adotado pela prefeitura, como também apresentou propostas para tal²⁸. Com essa primeira reunião, a associação ganhou um estímulo a mais, e novas reuniões e debates foram realizados. Como resultado, veio a proposta de criação de um conselho gestor para a região, que foi feita e encaminhada para a prefeitura.

A partir de pressões políticas como as realizadas acima, a associação, juntamente com outras entidades da cidade de São Paulo, conquistou a fundação do conselho gestor do projeto Nova Luz, contando com oito cadeiras da sociedade civil e oito do poder público. Esse conselho foi criado para debater moradia de áreas já urbanizadas que constavam dentro projeto. Com a criação do conselho, as reuniões da associação dentro da ocupação Mauá começaram a ocorrer de maneira mais intensificada. A cada data agendada para ocorrer uma reunião do conselho gestor, uma série de reuniões da associação ocorria, com o intuito de se atualizarem sobre a situação do projeto Nova Luz, organizarem suas demandas e reivindicações.

Era nítido que a comunicação, a solidariedade e a alteridade entre os diferentes atores ali presente iam se intensificando. A consciência de que, para conseguir barrar o projeto que afetaria a todos, era necessário um intercâmbio de todos, ficava cada vez mais evidente. O medo e as incertezas ao longo de todo o processo foram essenciais na manutenção da comunicação. O que se via eram moradores, comerciantes, inquilinos e proprietários tomando cada vez mais

²⁸ Ata da reunião já apresentada em texto acima.

consciência de seus direitos como tais e como cidadãos, tornando-os assim atores participantes dessa nova associação de moradores.

Foram dois anos de intervenções, ações políticas em espaços públicos e virtuais, embates e discussões em reuniões da prefeitura e do conselho gestor. Com as eleições, mais uma esperança se acendeu nos atores ali presentes. O então candidato Fernando Haddad esteve no dia 26 de abril de 2012 no bairro da Santa Ifigênia, conversando com a população a respeito do projeto Nova Luz. Ali, ele escutou os medos, as demandas e reivindicações. Todo esse processo de pressão e ação política, juntamente com a entrada do atual prefeito Fernando Haddad à frente da administração na Prefeitura de São Paulo, traz uma importante vitória à associação: o projeto Nova Luz é engavetado e um novo projeto começa a ser pensado para o centro da cidade.

Esse episódio acarreta um interessante movimento dentro da associação. Com seu principal objetivo alcançado, a associação começa a perder expressão política dentro dos movimentos e associações tradicionais da região central. Nota-se uma diminuição contínua de intervenções físicas e virtuais comandadas pela Amoaluz, e a peculiar rede de diversos atores começa a se enfraquecer. Começa a ocorrer um refluxo desses atores para suas associações e movimentos de origem, diálogos até então estreitados começam a sofrer um novo distanciamento.

O que deixa em evidência que a rede de atores que se formou nesse contexto estudado tinha um objetivo único: barrar o projeto Nova Luz. Assim, com tal objetivo alcançado, a associação perdeu significado, praticamente desaparecendo no que tange a uma força política dentro do centro de São Paulo. Se existe algum legado deixado por essa movimentação política, talvez seja a consciência do poder político que os atores passaram a ter. Vemos que, mesmo não apresentando alianças consolidadas, é nítido um forte sentimento de alteridade e respeito entre a gama de atores presentes do centro da cidade. Porém, o fato é que a associação hoje apenas existe no papel, o que coloca em discussão os efeitos de longo prazo que essas ações possam trazer a essa comunidade.

3.2.3 Cronologia da Associação Amoaluz²⁹

11 de agosto de 2010

Nascimento do blog *Apropriação da Luz* e início das mobilizações no bairro da Luz em virtude do projeto Nova Luz.

13 de novembro de 2010

Participação em ato público em defesa de políticas públicas integradas à assistência social. Evento realizado no auditório externo da Câmara Municipal de São Paulo, contou com a participação da secretária Alda Marco Antônio – que também representou o prefeito Gilberto Kassab. Foi entregue documento à prefeitura, solicitando a participação de outras secretarias, como Saúde, Trabalho e Habitação, em uma política integrada de assistência.

8 de janeiro de 2011

Ida às ruas do perímetro do projeto Nova Luz, com megafones em mãos, junto aos comerciantes e moradores da região para informar, discutir e conversar sobre a primeira audiência pública do projeto que já tem data marcada.



²⁹Todas as imagens, fotos, reportagens de jornais e falas contidas nesse relatório foram fornecidas pela associação, assim como estão amplamente divulgadas nas mídias sociais e canais da internet. Ressaltando que todas as imagens foram produzidas pelos próprios atores, evidenciando o caráter “divulgador” que elas representaram dentro das estratégias da associação.

Figura 3: “Papo com Megafone” com Paula Ribas para mobilizar o dia da audiência pública

Foto: Camila de Oliveira

14 de janeiro de 2011

Ida à primeira audiência pública do projeto Nova Luz, realizado na Fatec, suspensa em seu decorrer em virtude de falta de segurança, como alega a prefeitura. Cerca de mil pessoas acompanhavam a audiência de dentro da Fatec e mais umas duzentas do lado de fora.



Figura 4: Moradores e lojistas à espera do início da Audiência Pública na Fatec

Foto: Rodrigo Ribas

23 de janeiro de 2011

Ida às ruas do perímetro do projeto Nova Luz, com megafones em mãos, para convocar os moradores e interessados a uma reunião de organização para o dia da audiência pública.



Figura 5: Panfleto distribuído na área da região da Luz

Foto: Camila de Oliveira

25 de janeiro de 2011

Reunião realizada pelos moradores e comerciantes do bairro da Luz, com o intuito de organizarmos nossas ações e alinharmos informações para o dia da nova audiência pública.



Figura 6: Reunião com os moradores do bairro da Luz sobre o projeto Nova Luz

Foto: Camila de Oliveira

15 de fevereiro de 2011

Segunda reunião da moradia para dialogar sobre os impactos urbanos no centro de São Paulo do projeto Nova Luz. Foi realizada na Casa Aurora, padaria da região, e contou com a presença do deputado estadual Luiz Claudio Marcolino. Criada a Associação Amoaluz.



Figura 7: Reunião e apresentação do deputado estadual Luiz Claudio Marcolino

Foto: Camila de Oliveira

23 de fevereiro de 2011

Debate sobre o projeto Nova Luz realizado na Casa da Cidade. O evento foi organizado pelo arquiteto Nabil Bonduk, que também fez a mediação. A mesa de debate contou com a participação de Luis Ramos, representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento; Raquel Rolnik, urbanista, professora da FAU-USP e relatora da ONU para o direito à moradia; Paula Ribas, presidente da Associação Amoaluz (Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz) e Paulo Garcia, presidente da Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia.



Figura 8: Sala do debate na Casa da Cidade
Foto: Camila de Oliveira

27 de fevereiro de 2011

Participação da Amoaluz na terceira jornada pela moradia digna, representada pela presidente Paula Ribas, discutindo assuntos ligados à moradia na região do centro com foco no projeto Nova Luz.

3 de março de 2011

Participação em audiência pública do projeto Nova Luz no Anhembi.

23 de março de 2011

Participação da Amoaluz em evento promovido no CPC da Luz, representada pela presidente Paula Ribas, em debate sobre a Luz e o projeto Nova Luz.



Figura 9: A Amoaluz teve fala para contar a construção da associação e as ações junto à comunidade local

Foto: Camila de Oliveira

24 de março de 2011

Primeira reunião da Associação Amoaluz, junto com outros movimentos do centro, na prefeitura da cidade, para dialogar sobre o projeto Nova Luz.

30 de março de 2011

Segunda reunião da Associação Amoaluz, junto com outros movimentos do centro, na prefeitura da cidade, para dialogar sobre o projeto Nova Luz.

18 de abril de 2011

Participação da Amoaluz no I Encontro Estadual de Blogueiros Progressistas de SP.



Figura 10: Paula Ribas apresenta o blog cidadão *Apropriação da Luz* e fala sobre o movimento de moradia da região central de SP dentro do projeto Nova Luz

Foto: Camila de Oliveira

12 de abril de 2011

A Amoaluz esteve presente na audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo. Vários associados compareceram e estivemos juntos para fortalecer a corrente e a resistência das causas, como participação e inserção popular, transparência na construção do projeto e garantias e critérios da inclusão de novos moradores da ZEIS. Estiveram presentes várias organizações e representantes ligados diretamente aos impactos que o projeto prevê para a região, sendo elas Movimento dos Cortiços, MMC, entre outros.



Figura 11: O plenário estava cheio com vários representantes diretamente afetados pelo projeto Nova Luz. Ao centro, Paula Ribas fala em prol da moradia, da ZEIS, e questiona sobre a falta de um encaminhamento com relação aos dependentes químicos da região da Luz e Santa Ifigênia

Foto: Camila de Oliveira

1 de maio de 2011

Liminar do projeto Nova Luz é cassada.

14 de maio de 2011

A Amoaluz, Cine B, Bazuca e o Sindicato dos Bancários realizam a primeira sessão de cinema aberta à comunidade da Santa Ifigênia e Luz. Levam cinema nacional para a comunidade dos bairros da Santa Ifigênia e Luz.



Figura 12: Banner cessão de cinema aberta

Fonte: Camila de Oliveira

3 de maio de 2011

Participação na reunião promovida no espaço Nova Luz, no centro da cidade, para debater a formação do conselho gestor para a região.



Figura 13: Reunião no espaço Nova Luz no dia 03 de maio de 2011. Início da reunião para debater o comitê gestor de ZEIS

Foto: Camila de Oliveira

14 de junho de 2011

Fundação do conselho gestor de ZEIS 3 do projeto Nova Luz.

31 de maio de 2011

A Amoaluz participou do Seminário Internacional: Políticas Culturais e Intervenção Urbana, realizado pelo CCBB-SP.



Figura 14: Apresentação da Amoaluz no seminário do CCBB no terceiro dia de evento. Paula Ribas apresenta as ações da associação de moradores e amigos junto à comunidade e as intervenções já realizadas.

Na apresentação, a ação "Papo com Megafone", intervenção para dialogar com moradores do bairro

Foto: Camila de Oliveira

22 de junho de 2011

Ocorre a primeira reunião do conselho gestor da ZEIS 3 da Santa Ifigênia já formado.



Figura 15: Reunião pública dos conselheiros de ZEIS 3 da Santa Ifigênia do projeto Nova Luz

Foto: Camila de Oliveira

29 de junho de 2011

Segunda reunião do conselho gestor da ZEIS 3 da região da Santa Ifigênia, na qual se discute também o projeto Nova Luz.

6 de julho de 2011

Terceira reunião do conselho gestor da ZEIS 3 da região da Santa Ifigênia, na qual se discute também o projeto Nova Luz.

27 de julho de 2011

Participação da Amoaluz em ato contra as desapropriações na cidade de São Paulo.



Figura 16: Paula Ribas ergue a imagem da Santa Ifigênia, a santa da casa própria. Manifestantes na Praça da Sé são contra desapropriação em SP

Foto: Camila de Oliveira

12 de agosto de 2011

Projeto Nova Luz é retomado e concluído sem a aprovação do conselho gestor da ZEIS – Santa Ifigênia.

15 de agosto de 2011

Reunião da Associação Amoaluz com a participação da arquiteta urbanista, professora da FAU e a relatora da ONU, Raquel Rolnik.

21 de setembro de 2011

Amoaluz participa de reunião do conselho gestor realizado na prefeitura.

25 de setembro de 2011

A Amoaluz realiza mais um bate-papo com megafone, pelas ruas do centro, tendo como objetivo divulgar as audiências públicas do projeto Nova Luz.



Figura 17: Paula Ribas com o megafone em mãos realizando mais um bate-papo com megafones
Foto: Camila de Oliveira

29 de setembro de 2011

Amoaluz participa da primeira audiência pública Nova Luz no Pacaembu.

19 de outubro de 2011

Participação na reunião do conselho gestor de ZEIS do projeto Nova Luz.

19 de novembro de 2011

A Amoaluz, Cine B, Brazuca e o Sindicato dos Bancários realizam a segunda sessão de cinema, aberta à comunidade da Santa Ifigênia e Luz.

14 de janeiro de 2012

Amoaluz participa do “Churrascão da Gente Diferenciada: versão Cracolândia”.

27 de janeiro de 2012

Justiça determina a suspensão do projeto Nova Luz, mais uma vez.

6 de fevereiro de 2012

A presidente da Associação Amoaluz participou de sabatinada com o então pré-candidato à prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, sobre especulação imobiliária e direito à moradia.



Figura 18: Haddad na mesa que debateu sobre especulação imobiliária e direito à moradia, com Carlos Zarattini, Paula Ribas, Roberto Araújo e Kazuo Nakano
Foto: Carolina Rovai

13 de fevereiro de 2012

Participação da Amoaluz em debate realizado pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, no curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro, intitulado “Entre espinhos e pétalas: revitalizações no Centro”.

22 de fevereiro de 2012

Em novo episódio da batalha judicial em torno do projeto Nova Luz, justiça paulista libera execução do projeto.

10 de março de 2012

Realização de nova reunião do conselho gestor, na qual moradores e comerciantes reclamam que o projeto Nova Luz não contempla a participação da sociedade civil.

5 de abril de 2012

Em nova reunião do conselho gestor, projeto nova Luz é aprovado sem a adesão de comerciantes e moradores do bairro.



Figura 19: Momento da votação. Apenas os conselheiros da prefeitura votaram a favor da minuta sem ter sido discutida e respondida
Foto: Camila de Oliveira

2 de maio de 2012

Mudança das reuniões da associação da Rua Aurora para a ocupação Mauá. Essa primeira reunião contou com a presença de moradores, comerciantes e os representantes civis do conselho gestor.



Figura 20: Reunião na Mauá com os conselheiros de moradia do CG de ZEIS 3 e representantes Nova Luz
Foto: Camila de Oliveira

4 de maio de 2012

Representantes da Amoaluz participam de debate promovido pelo coletivo *Fora do Eixo*, transmitido ao vivo pela Postv.



Figura 21: Entrevista casa fora do eixo

Divulgação: Casa Fora do Eixo

31 de maio de 2012

Participação em ato organizado pelos ambulantes em frente à prefeitura da cidade.



Figura 22: Ato de ambulantes em causa do comercio popular.

Foto: Paula Ribas

6 de junho de 2012

Justiça de São Paulo suspende novamente realização do projeto Nova Luz, alegando falta de transparência no processo de aprovação do mesmo.

11 de julho de 2012

Participação em marcha contra os despejos e remoções em São Paulo.

5 de novembro de 2012

Amoaluz participa de debate promovido pela Unicamp.



Figura 23: Amoaluz participa de debate na Unicamp
Foto: Luciano Duarte Silva

20 de dezembro de 2012

Amoaluz, em parceria com coletivo *Fora do Eixo* e o coletivo espanhol *Left Hand Rotation*, promoveu um debate sobre as ações da Amoaluz e a exibição de um documentário produzido pelo coletivo espanhol sobre o projeto Nova Luz, no centro da cidade.

24 de janeiro de 2013

O atual prefeito Fernando Haddad engaveta o projeto Nova Luz e propõe um projeto de menor escala em Parceria Público-Privada.

5 de fevereiro de 2013

Amoaluz participa de reunião sobre o novo plano diretor, realizado pela prefeitura com diversos representantes de movimentos organizados de São Paulo.



Figura 24: Reunião com os movimentos de moradia para discutir a revisão do plano diretor da cidade de SP
Foto: Camila de Oliveira

08 de fevereiro de 2013

A Amoaluz, junto com representantes da FLM e a MSTC, participou de reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, que teve como pauta o retorno às propostas sobre moradia no bairro de Santa Ifigênia e Luz.

18 de fevereiro de 2013

Realização do primeiro programa web realizado pela Amoaluz em parceria com o coletivo *Fora do Eixo*. Programa gravado em teatro do centro de São Paulo e transmitido ao vivo pela internet.

9 de abril de 2013

Presidente da Associação Amoaluz realiza palestra no centro da cidade, relatando toda a trajetória da associação nos dois anos de lutas existente.



Figura 25: Telão da apresentação durante palestra no teatro
Foto: Camila de Oliveira

13 de abril de 2013

Participação de representantes da Amoaluz no primeiro encontro do Fórum Suprapartidário sobre a revisão do Plano Diretor.

22 de abril de 2013

Participação da Amoaluz em elaboração de carta aberta com Questões para a PPP da “Casa Paulista” para o centro de São Paulo.

10 de junho de 2013

Realização do último debate da Amoaluz em parceria com o coletivo *Fora do Eixo*.

17 de junho de 2013

Participação dos membros da Amoaluz na grande manifestação que ocorreu na cidade de São Paulo.

25 de junho de 2013

Último post no blog da associação.

27 de junho de 2013

Última reunião realizada entre moradores e comerciantes, membros da Amozaluz, para debater questões ligadas ao novo plano diretor.

27 de setembro de 2013

Entrevista da presidente da associação para a rádio CBN.

19 de novembro de 2013

Participação de membros da associação em intervenção realizada no centro da cidade pelo grupo de teatro *Pessoal do Faroeste*.

5 de dezembro de 2013

Participação em ciclo de debates que o Sesc Bom Retiro e a Cia. *Pessoal do Faroeste* promoveu para pensar e discutir a região central de São Paulo.



**Ciclo de Olhares
LUZ E SOMBRA
de São Paulo**
ATÉ 15 DE DEZEMBRO DE 2013

UM AMBIENTE DE DEBATE E EXPRESSÃO ACERCA DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO, ABORDANDO A REGIÃO DA LUZ E SEUS ARREDORES, SUBVERTENDO A IDEIA CONVENCIONAL DE SOMBRA, TEBRIA E PRÁTICA DE APROXIMAÇÃO, CONJUGANDO PALESTRAS-DEBATES, OFICINAS, LABORATÓRIO POÉTICO-URBANO E UMA INTERVENÇÃO URBANA.

CENTRO PERIFÉRICO OU PERIFERIA CENTRAL?
05/12, QUINTA, ÀS 19H.

DIFERENTEMENTE DE OUTRAS REGIÕES CENTRAIS DA CIDADE, OS BAIRROS DA LUZ, BOM RETIRO, SANTA IRENEIA E CAMPOS ELÍSIOS TÊM UMA DUPLA FACE: ORA SÃO ENXERGADOS COMO CENTRO, ORA COMO PERIFERIA, NUMA MESCLA DE REFERÊNCIAS GEOGRÁFICAS E SIMBÓLICAS. CADA UM QUE PASSA, TRABALHA OU VIVE NESTA REGIÃO EXPERIMENTA AS CONTRADIÇÕES DESSA DUPLA CONDIÇÃO, QUE PENDE PARA UM LADO OU PARA OUTRO, DEPENDENDO DO DIA DA SEMANA, OU DA HORA DO DIA. QUAL A IMPORTÂNCIA DESSA REGIÃO TÃO PECULIAR PARA A LÓGICA DO ESPAÇO URBANO PAULISTANO?

MEDIAÇÃO: ROSE SILVEIRA - JORNALISTA E HISTORIADORA, DOUTORANDA EM HISTÓRIA PELA PUC-SP.

COM A PARTICIPAÇÃO DE:
HEITOR FRUGOLI JR. - PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA USP, MESTRE EM ANTROPOLOGIA SOCIAL E DOUTOR EM SOCIOLOGIA NA MESMA UNIVERSIDADE.

PAULA RIBAS - JORNALISTA, FOTÓGRAFA, PRESIDENTE DA AMOALUZ E CONSELHEIRA DA ZEIS DA SANTA IRENEIA

INSCRIÇÕES ABERTAS

LOCAL: TEATRO SESC BOM RETIRO
INSCRIÇÕES PELO PORTAL WWW.SESCSP.ORG.BR E NAS UNIDADES DO SESC
VALORES: R\$ 8,00* / R\$ 4,00 **/ R\$ 2,00***

*INTEIRA
**GUARDA MATRICULADO NO SESC E DEPENDENTES, +60 ANOS, ESTUDANTES E PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO
***TRABALHADOR DO COMÉRCIO E SERVIÇOS MATRICULADO NO SESC E DEPENDENTES

PARCERIA INSTITUCIONAL:  

APROD: 

REALIZAÇÃO: 

Figura 26: Banner ciclo de debates
Fonte: Camila de oliveira

3.3 Percursos etnográficos

A região central de São Paulo é um espaço rico em sociabilidades, disputas e tensões políticas, desafio para quem busca definir um objeto de estudo dentro de uma rica gama de assuntos que essa realidade nos traz. Definido o objeto, partimos para a inserção no campo. Chegar à região da Luz é adentrar em um terreno cheio de desafios metodológicos e teóricos. Ao realizar minhas primeiras conversas e observações com moradores e comerciantes sobre o projeto Nova Luz, percebi a indignação, o medo, a revolta e a indagação sobre o que se podia ser feito sobre aquela total negligência e descaso do poder público mediante a implantação de um projeto urbano de tamanho impacto para a comunidade. Vieram as primeiras mobilizações, com megafones nas mãos, e dois, três, quatro atores saíam às ruas, com o intuito de informar e conscientizar as pessoas acerca dos danos que poderiam vir ocorrer na vida de todos ali no centro.

Como dito por esse pequeno grupo de moradores, as primeiras intervenções trouxeram à comunidade curiosidade e questionamentos, mas principalmente incredulidade. Junto com essas primeiras mobilizações, vieram as primeiras reuniões: poucas pessoas confusas, amedrontadas, mas interessadas e dispostas a lutar pelos seus direitos de permanência no bairro. As intervenções no perímetro demarcado pelo Nova Luz foram aumentando, prédios inteiros eram postos abaixo e havia notícias de que quarteirões inteiros foram comprados por uma única construtora. O que se comentava é que praticamente todo o bairro viria abaixo e que uma lei estava sendo aprovada na Câmara dos Vereadores. Uma lei que consentia que as construtoras expulsassem moradores e comerciantes de seus imóveis pagando valores ínfimos por seus bens.

Assim, as reuniões foram crescendo. Nelas, era possível ver moradores assustados e comerciantes preocupados, que já começavam a diminuir suas reservas de mercadoria em suas lojas, com medo de o prejuízo ser ainda maior. As ajudas externas foram chegando, professores, arquitetos, vereadores foram às reuniões com o intuito de aconselhar e informar a comunidade sobre seus direitos e os caminhos políticos e jurídicos que a comunidade tinha que tomar. Por conta dessas consultorias, surge a Associação Amoaluz, mecanismo encontrado para que a comunidade pudesse disputar espaço nas discussões e decisões tomadas pela prefeitura e governo estadual sobre o projeto Nova Luz.

A associação ganha espaço nas discussões em volta do projeto, e suas aparições em matérias sobre o Nova Luz nos jornais locais a fizeram conquistar os primeiros espaços de

discussões com os órgãos públicos. Concomitantemente, vi o aparato jurídico formado pela associação de comerciantes conquistar a primeira liminar que engavetava o projeto como formulado. Nesse momento, vi os entusiasmos, as pretensões, os planos. O aumento da exposição da associação na mídia, em discussões acadêmicas e nas reuniões com a prefeitura, fez com que representantes de movimentos sociais, como o MSTS, Movimento Sem-Teto de São Paulo, do movimento de moradia popular da região do centro e representantes da associação de comerciantes, se aproximassem da associação, participando de suas reuniões e propondo pautas que estivessem relacionadas com seus interesses.

Com essa aproximação, as reuniões da associação passaram para dentro da ocupação Mauá. Na primeira reunião, tensão e curiosidade: moradores e comerciantes pisavam pela primeira vez em uma ocupação. Foi minha primeira vez dentro de uma ocupação! O que vi foi um prédio muito bem estruturado, com portaria, mercadinho, esquemas de limpeza e de organização dos espaços públicos do edifício. Assim como eu, vi os moradores da região e os representantes dos comerciantes surpresos e abertos a diálogos com o “outro”. Vi, dentro de uma das maiores ocupações da cidade, a ocupação Mauá, discussões acaloradas, uma eterna tentativa de se colocar no lugar do outro, de refletir sobre as questões e demandas do outro. Afinal, vivemos no mesmo espaço e, apesar de não termos nada em comum, agora temos algo em comum: querem nos tirar desse espaço!

Como se coloca desafiador o ato de se pôr no lugar do outro, de se abrir diálogos e pensar pautas unificadas. Mas, elas saíram e trouxeram força política. Muitas entrevistas, muitos curiosos, muitos pesquisadores. Foram nomeados porta-vozes para explicar o que acontecia ali na Luz, como aquele diálogo entre associações, moradores, comerciantes estava ocorrendo, mas até eles próprios não conseguiam explicar. Mais reuniões, mais entrevistas, mais vitórias. Coletivos culturais se aproximam da Amoaluz e propõem uma retomada do centro pelo viés da cultura. Passa-se filmes, peças de teatro, discussões abertas com o intuito de se pensar um centro para todos, com espaços para todos – caminho totalmente contrário ao que se pensou no projeto Nova Luz.

Vieram as eleições municipais, novo partido, novo mandato e a grande vitória: o engavetamento do projeto. “Vamos repensar as intervenções no centro da cidade”, o atual prefeito anunciou. Anuncia-se a PPP, Parceria Público-Privada, para uma requalificação de menor impacto para a região. Vieram as próximas reuniões, reuniões de vitória, do entusiasmo – a ideia agora era levar ideias e demandas para a nova gestão. “Vamos participar ativamente

do novo projeto”, eles disseram, e lançaram carta aberta junto com outras instituições públicas e privadas sobre a preocupação de se ter uma PPP na região. Porém, o que se viu depois foi o esvaziamento das reuniões, nada mais no blog, nas redes sociais, nada mais de nada.

O que vi depois foi um bairro cheio de atores, associações, demandas setorizadas. A questão que permanece é: chegou-se ao fim, uma união em prol de apenas um oponente, com apenas um objetivo! O que fica para mim é: a reflexão do motivo pelo qual as pessoas se unem, de que forma, com quais objetivos e por quanto tempo essas uniões e essas associações se sustentam.

3.4 O caso da Associação Amoaluz

O autor Castells (1999) mostrou que a sociedade contemporânea passa por uma reconfiguração de suas estruturas sociais, sendo que essa reconfiguração, que ele denominou de era da informação, se apresenta como novo movimento histórico em que as relações sociais se estabelecem através da informação e do processamento de conhecimento. Assim, o mundo apresenta um novo quadro de associativismo nas sociedades civis bastante diferenciado quando comparado com o que predominou nas décadas de 80 e 90. A revolução das tecnologias da informação levou nossas sociedades a uma nova morfologia social. A lógica de redes de comunicação e interação sociais modificou de forma substancial as interações e experiências adquiridas nos contextos sociais e políticos contemporâneos.

Essas redes possibilitaram a criação de articulações sociopolíticas que estimulam a construção de debates e acordos. Nesse movimento de busca de novos meios de associativismo dentro da nova lógica social, surge um novo modelo de mobilizações políticas que tendem a se estruturar em forma de redes de militância, que trabalham com uma estratégia de construção de significados políticos e culturais comuns, tendo em vista interferências nas políticas públicas ou na produção de mudanças nas esferas culturais, políticas e sociais.

São movimentos sociais contemporâneos em que atores direcionam suas atenções para as “diferenças”. Questões de gênero e culturais entram nas pautas de luta, suas ações tornam-se intimamente relacionadas com a vida cotidiana e a experiência individual, o que nos possibilita compreender a variedade de formas desses movimentos, sua pluralidade de atores envolvidos e dos significados de suas ações coletivas (MELUCCI, 1996). Assim, o que nos

interessa analisar é como ocorre o equilíbrio entre todos esses múltiplos elos das redes e de que forma elas promovem a autonomia de seus atores, principalmente os que formam seu “público-alvo”: a população excluída.

Nas palavras de Scherer-Warren (2011, p.119), “as redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento”. Para a autora, o ativismo, que tem como base os valores democráticos, de solidariedade e a cooperação, vem crescendo de forma significativa nos últimos anos. São movimentos formados por agrupamentos heterogêneos e devem ser compreendidos como um sistema de ações coletivas, nas quais essas ações moldam e criam as características dos movimentos (SCHERER-WARREN, 2011).

As redes, através de suas ações e mobilizações coletivas, acabam por promover aos seus atores mecanismos democráticos de participação nos interiores delas mesmas, como o reconhecimento das diversidades de seus atores e o pluralismo de ideias, criando novas formas de sociabilidade em seu próprio interior, desdobrando-se em um trabalho de mediação social baseado em três orientações político-pedagógicas:

1. Atuando no sentido de resgatar a dignidade dos atores socialmente excluídos, pois, sem a desconstrução das criminalizações introjetadas nos atores, não há motivação para lutar por seus direitos.
2. Promovendo ações coletivas entre a pluralidade de atores existentes dentro das redes, a fim de criar mecanismos de solidariedade social, de cooperação e de confiança, construindo uma nova ética social dentro da rede.
3. Trocando experiências com outras redes, formando redes de redes. Para, assim, se caminhar na direção de uma legítima rede de movimentos sociais.

Scherer-Warren (2005) argumenta que, para melhor compreender esse novo modelo de movimento social, é necessário entender como os indivíduos se tornam sujeitos e, como sujeitos de seus destinos pessoais, se envolvem nessas redes de movimentos, transformando-se em atores políticos em seus meios. Preparar esses sujeitos para se tornarem atores nessa nova forma de associativismo requer a participação em diversos espaços públicos, tais como participações em conselhos gestores municipais e representatividade em conferências nacionais e internacionais de iniciativas governamentais e acadêmicas em parceria com a sociedade civil organizada.

Conforme Scherer-Warren (2011), os espaços de mobilizações locais e de reuniões internas das redes são os que consolidam as identidades coletivas, com o intuito de se reforçar o sentimento de pertencimento e dos projetos que dão continuidade e significação aos movimentos. Portanto, são nesses espaços que são construídos os alicerces políticos e simbólicos dos movimentos. Eles veem nos fóruns da sociedade civil o local de apresentar e reconstruir suas propostas para transformação social e de negociação com o Estado e o mercado. Essas parcerias entre sociedade civil, Estado e mercado são, teoricamente, os espaços em que propostas são encaminhadas pela sociedade civil para uma nova governança junto à esfera estatal. Trata-se, portanto, de uma solução para que as políticas públicas sejam influenciadas pela sociedade civil. Porém, isso depende das convergências entre as redes de movimentos sociais, o mercado e o Estado na promoção dos direitos civis, bem como na efetiva democratização do interior das redes de movimentos.

No entendimento de Melucci (1996), a partir do final da década de 70, os movimentos sociais se transformaram, e essa diferenciação se dá pelo novo papel e comportamento assumido pelos novos atores sociais – que assumiram diferentes focos em suas ações. Se, por um lado, suas ações são voltadas para as reformas, para novos direitos e redefinições das regras políticas, por outro, eles direcionam suas ações e questionamentos para as condições culturais puras, que expressam apenas os conflitos e dilemas de orientações básicas da sociedade. Ocorre, assim, um descentramento, que possibilitou o fortalecimento do conceito de cidadania a partir da década de 90 no Brasil.

O centro de São Paulo, seguindo essa tendência contemporânea, apresentou mobilizações estruturadas por interações entre seus atores sociais, que desencadeou na Associação Amoaluz. A associação foi construída por mobilizações com participações amplas de variados atores sociais, assim, consolidando-a como uma rede associativa de sujeitos coletivos múltiplos. Ao se configurar em formato de rede de movimentos e associações da região central de São Paulo, ela se propôs a ser um movimento horizontalizado, sem hierarquizações sociais e políticas, buscando construir ações múltiplas e demandas diversificadas para atender a todos os atores envolvidos.

Ao analisar a origem da associação que se deu graças à tentativa de implementação do projeto Nova Luz, vimos que o movimento de resistência política vai ao encontro das teorias que o sociólogo Alain Touraine já destacava dentro das teorias dos movimentos sociais. Para o autor, o ator social se constitui a partir da consciência e resistência que o sujeito estabelece a

partir de uma determinada situação que fere seus direitos constituídos por meio das leis que rege o país. Ainda para o autor, essa consciência sobre seus direitos e consolidação de suas posturas políticas é realizada através de uma experiência coletiva, em que os atores, por meio de interações e trocas de informações, desencadeiam ações emancipatórias capazes de transformar as realidades existentes.

Pensando dentro do contexto estudado por este trabalho, vimos que a forma como o projeto Nova Luz se colocou como uma ameaça maior do que todo sistema social já estabelecido dentro do bairro serviu de estímulo para uma maior integração e comunicação entre os sujeitos. Assim, colocando como maior objetivo da associação travar um conflito político com a Prefeitura de São Paulo, a fim de se buscar a criação de espaços políticos dentro das esferas institucionais já existentes, como no caso dos conselhos gestores, buscando planos mais democráticos de melhoria do centro.

Outro aspecto observado foi a implementação de discursos por parte dos participantes que se assimila à lógica empregada nos conceitos desenvolvidos de redes de movimentos sociais e novos movimentos sociais. Vimos a tentativa de implementação das diretrizes pedagógicas citadas acima, com a finalidade de se criar um movimento de cooperação, pois foi visível que, para a associação se manter, era necessário a solidificação de uma rede de interação entre atores e movimentos distintos, como os comerciantes e o MST. Porém, é notável a dificuldade de se criar elos e cooperações entre sujeitos com pensamentos e ações político-sociais distintas.

Era função quase que permanente da associação reafirmar uma identidade comum a todos. Nesse aspecto, identificou-se a importância do deslocamento das reuniões, realizadas em um imóvel particular no bairro da Luz, para dentro da ocupação Mauá – considerada um símbolo da luta dos movimentos sociais urbanos do centro de São Paulo. Mais do que uma saída para a necessidade de maior espaço físico para as reuniões da associação, a ocupação, com toda sua carga histórica de luta e resistência política, passou a ser usada na fala de alguns representantes como reflexo e modelo para o aprofundamento das relações entre os diferentes sujeitos ali presentes. Isso foi essencial para a construção e manutenção do elo de cooperação entre os atores envolvidos e, conseqüentemente, para a continuidade da associação.

Ao serem transferidas para dentro da ocupação Mauá, as reuniões da Amoaluz alcançaram assim um maior contingente de atores presentes na região central de São Paulo, mas acabaram por esbarrar na dificuldade de permanecer com as dinâmicas mais horizontalizadas

dentro das reuniões e da própria estrutura da associação. A maior parte dos participantes nas reuniões já pertencia a outras associações e movimentos, e isso dificultou o ideal de horizontalidade, pois, como se tratavam de atores sociais que já vinham de movimentos ou associações que possui uma estrutura hierarquizada, essa mesma forma se transpassou para as sociabilidades de dentro da associação. Era clara a necessidade de representantes à frente em reuniões, trazendo questões, buscando esclarecimentos, apaziguando conflitos, além de agirem como porta-vozes dos diferentes grupos sociais e políticos presentes (MAZARINI, 2014).

Apesar de possuírem características similares às apresentadas nas teorias dos novos movimentos sociais, como a construção de demandas e pautas políticas em forma de redes sociopolíticas e culturais – apresentando também como ponto central de suas ações a indignação, seja com as instâncias governamentais ou com suas ações e também atuando no sentido de promover uma “repolitização” dos movimentos já existentes –, o que se vê na realidade apresentada é uma subestimação desses valores, porém, sem qualquer base fixa para a implementação desse projeto de movimentos.

Touraine (1994; 2006), buscou identificar nesses movimentos sociais um novo ator capaz de restituir a totalidade social, abrindo caminho para resoluções políticas e sociais de uma maneira coletiva e contemplativa. Carvalho (1998) mostrava que era na cidade que os sujeitos encontravam um novo território para a reconstrução de uma vida coletiva, estabelecendo critérios e normas de convivência social, criando as possibilidades de ocupação dos espaços e os transformando em lugares de transformação de sujeitos em atores sociais.

Porém, a fragilidade política apresentada pela associação, visto que, com o engavetamento do projeto os diferentes atores que contribuíam com a Amoluz voltaram a atuar apenas nas associações e movimentos sociais de origem, fez as reuniões cessarem. Toda a construção de canais de diálogos entre os atores deixaram de existir, demonstrando que a cidade poderia ser sim esse espaço de consolidação de novos modelos de movimentos políticos. Porém, é nela que vemos emergir uma nova morfologia social que, nomeada pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2001) como líquida, vai interferir na consolidação desse novo modelo de movimento social.

Para o autor, a sociedade contemporânea vem passando por uma série de transformações que atingem todas as suas esferas, trazendo modificações para toda a morfologia social. Tais alterações, segundo o autor, fazem com que as esferas sociais percam sua solidez e se tornem fluidas, líquidas. Assim, vivemos um novo tempo de desapegos, de processos sociais e políticos

provisórios e de individualização extrema. Nesse contexto, os relacionamentos com os outros se tornam frágeis, pois o que se valoriza são os aspectos das vidas particulares. Dentro desse raciocínio, o autor revela que é nos espaços da cidade que se reflete o fim da era do engajamento mútuo.

Vemos o enfraquecimento dos espaços públicos e uma valorização dos espaços privados que acaba por propulsar uma vitória da fragmentação dos sujeitos *versus* movimentos cooperativos de mobilização social. A fragmentação dos atores presentes na sociedade contemporânea, resultado das transformações das cidades em espaços fechados e murados – que torna o espaço público não mais um espaço do ideal moderno de universalidade, mas que, ao contrário promove a separação, a exclusão, reforçando a ideia de que grupos sociais devem viver em enclaves homogêneos, acentuando uma nova esfera pública – expõe esses atores a uma fragilidade, na medida em que não consegue mais estabelecer um pensamento coletivo e cooperativo de longa duração entre os grupos políticos presentes na sociedade atual.

Dentro dessa mesma lógica, a fluidez e o imediatismo da vida cotidiana, características básicas no modelo de sociedade líquida, trazem reflexos diretos aos novos meios digitais, muito utilizados não somente pela associação estudada por este trabalho, mas difundida como um meio de mobilização política atual, juntamente com uma nova forma de organização da vida social nas metrópoles contemporâneas marcada por fluxos de pessoas, mercadorias e comunicações cada vez mais rápidos – fazendo com que as identidades sejam construídas tendo como forte alicerce a mobilidade. Isso leva a uma desestruturação das vivências sociais, características de sociedades líquidas, visto que essa ausência das experiências compartilhadas acaba por transformar os espaços da cidade em um “não-lugar”³⁰, onde os indivíduos estabelecem comunicações intermediadas pelas tecnologias da informação.

Essa fragmentação das experiências e o desenvolvimento desses sujeitos de identidades construídas a partir de interações digitais em sua maior parte trazem uma temporalidade curta, que acaba por reforçar essa fragilidade presente nas associações contemporâneas, refletindo o caráter não emancipatório não apenas nos novos associativismos do centro de São Paulo, mas também em todo o mundo. Para o autor, as redes sociais permitem a articulação de enormes

³⁰ Proposto pelo antropólogo Marc Augé (1994), o conceito de não-lugar é usado para designar um espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer identidade, ou seja, são espaços destinados unicamente ao trânsito de pessoas sem que aja qualquer tipo de relação.

concentrações de pessoas em pouquíssimo tempo, se tornando um alvoroço de emoções coletivas que acabam em si mesma, sem trazer consequências às normativas postas.

Bauman qualifica esses novos movimentos como “movimentos emocionais”. É nas emoções provenientes das políticas de alteridades que trazem para os atores políticos emoções que os estimulam a se engajar politicamente, criando bandeiras de luta pelas políticas que rechaçam, porém, sem construir pautas que consolidem suas demandas. Essa característica é que torna os movimentos sociais contemporâneos manifestações episódicas e propensas à hibernação, pois a emoção, reflexo da morfologia social a qual está inserida, é “líquida” tornando-se inapropriada para configurar algo coerente e duradouro. O reflexo disso são as inúmeras manifestações, presentes nos cenários políticos atuais, que apresentam questionamentos e soluções dentro do *status quo* existente com grande contingente de pessoas, porém com uma vida extremamente momentânea.

Assim, o que fica é o alerta, visto que as políticas voltadas para a consolidação de um mercado consumidor marcado pela valorização dos aspectos privados cada dia ganham mais força. Por outro lado, o que vemos nas novas tendências de mobilizações política é uma fragilidade construída a partir de um processo que levou a sociedade contemporânea a aspectos de uma fluidez, que incapacita os novos movimentos sociais de construir movimentos de profundas transformações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminologia recorrente nos conceitos de planejamento urbano contemporâneo, o conceito de cidade global trouxe para os novos espaços públicos urbanos uma tendência que visa apenas o fluxo econômico que melhor atenda aos interesses do mercado financeiro. Dentro desse raciocínio, vimos surgir projetos e operações urbanas que permitem uma apropriação dos espaços da cidade seguindo uma lógica que ignore todas as suas condições, e propondo uma apropriação desses espaços a partir de modelos que enfatizem o caráter privado nos espaços públicos – tornando-os espaços vazios de interações sociais e que estejam sempre disponíveis para modificações que melhor atendam às demandas da especulação imobiliária.

A cidade de São Paulo não foge à regra. Inúmeras operações urbanas e projetos de requalificação urbana invadem todas as regiões da cidade, promovendo “melhorias” que incentivem um mercado imobiliário cada vez mais voraz. A região central da cidade, conhecida por ser uma área degradada aos olhos do poder público, mas que teve um aumento populacional das classes C e B significativo, se tornou um polo no comércio popular e um núcleo de força política ligado aos movimentos sociais. Assim, ao tentar instalar um projeto de requalificação urbana, estudado por este trabalho e intitulado Nova Luz, se deparou com forte contestação e movimentação política por parte dos moradores e comerciantes locais.

A criação da Associação Amoaluz não ocorreu meramente por acaso. Um projeto de tamanho impacto social, como o Nova Luz, corroborou para a formação de uma rede de cooperação até então inédita dentro do bairro da Luz e da Santa Ifigênia. São velhos atores sociais que, em decorrência de uma força avassaladora que se implantou sobre suas vidas, o projeto Nova Luz, se propuseram a se articular através de uma rede de solidariedade, a Amoaluz. A partir de todo o material analisado ao longo de todo o trabalho, podemos observar características presentes na associação estudada, mas que também encontramos ao longo de toda a história dos movimentos sociais urbanos.

As manifestações e lutas em torno dos bens e equipamentos coletivos necessários para a reprodução do cotidiano estão presentes durante todo o decorrer histórico estudado, como, também, a ênfase nas demandas relativas à habitação. Observa-se também a importância do bairro, enquanto espaço público, para as execuções de manifestações políticas e culturais, que contribuem fortemente para a construção de uma identidade coletiva. Ao criarem laços de

auxílio mútuo, as associações e movimentos colocaram de lado os sindicalismos formais, criando novos movimentos sociais pautados em associativismo civil.

Seguindo tendências contemporâneas, a associação foi construída por mobilizações com participações amplas de variados atores sociais, que a consolidaram como uma rede associativa de sujeitos coletivos múltiplos. Ao se configurar em formato de rede de movimentos e associações da região central de São Paulo, se propôs a ser um movimento horizontalizado, sem hierarquizações sociais e políticas, buscando construir ações múltiplas e demandas diversificadas para atender a todos os atores envolvidos.

Ao longo de toda observação, foi notável a dificuldade encontrada pela associação de se criar elos e cooperações entre sujeitos com pensamentos e ações político-sociais distintas. Assim, era função quase que permanente da associação reafirmar uma identidade comum a todos. Ocupações, monumentos, relatos de luta política passaram a ser usados na fala de alguns representantes como reflexo e modelo para o aprofundamento das relações entre os diferentes sujeitos ali presentes, e isso foi essencial para a continuidade da associação.

No que tange à sua construção como movimento político, pôde-se identificar características na Amoaluz muito semelhantes com que a autora Ilse Scherer (2011) apresenta como aspectos comuns em redes de movimentos que vêm se formando no Brasil. Primeiramente, na busca de articulações com outros movimentos e atores sociais, que podem ocorrer de forma diversificada e por razões múltiplas. No caso estudado, a associação passou a se articular com movimentos e associações do mesmo tipo existente dentro do bairro, uma ação que acarretou aos primeiros atores da associação um trabalho de promoção de ações e discussões nos espaços públicos do centro, com o intuito de “abrir os olhos” da população do centro de São Paulo a respeito do projeto Nova Luz e suas implicações sociais.

Outra característica surge do aspecto ideológico e organizacional pluralista, ocasionada pelo fato de diferentes atores sociais ligados a diferentes organizações e redes serem incorporados dentro da associação. Naturalmente, como salientado pela autora, para que ocorra essa ligação de diferentes atores, é necessário que exista um compartilhamento de demandas e objetivos comuns. Interessante observar que, no caso estudado, esses objetivos comuns surgiram com a tentativa da Prefeitura de São Paulo de implantação do projeto Nova Luz. Ao tentar implementar um projeto de grande impacto, a prefeitura acabou por conseguir criar elos de cooperação e solidariedade entre atores, movimentos e demandas políticas que aconteciam dentro do bairro de maneira fragmentada.

Portanto, podemos constatar que, mais do que uma associação de bairro comum, formada e organizada por moradores do bairro da Luz e da Santa Ifigênia, a Associação Amoaluz se apresentou como uma rede de cooperação, comunicação e ativismo político, constituída por atores de diferentes movimentos e associações presentes nos bairros. Uma formação peculiar de força política que surge no centro de São Paulo graças ao seu aspecto de ser território de disputas. Mais do que uma postura política, a associação pretendia se colocar como um grupo de atores que está pensando criticamente sobre a forma de se requalificar a cidade de São Paulo.

Essa nova tendência de mobilização política pretendida pela associação, se constitui a partir de redes, trabalha atuando diretamente no seio da sociedade civil. Elas representam a possibilidade de seu fortalecimento perante as formas tradicionais do agir político, como, por exemplo, por meio dos partidos políticos. É projeto ideológico desses movimentos sociais o fortalecimento da sociedade civil, tornando o Estado um elemento com menor poder dentro da sociedade e, por essa razão, as ações transformadoras oriundas da sociedade civil seriam fundamentais para conquistas políticas mais democráticas.

Porém com o “movimento de refluxo” ocorrido com o engavetamento do projeto Nova Luz, em que os atores envolvidos na associação voltaram a atuar apenas nas associações e movimentos de origem, deixando a Amoaluz apenas nas mãos de seus fundadores, é outro fato peculiar e instigante. A rede se manteve enquanto havia o objetivo primeiro: barrar o projeto Nova Luz. Com esse fim conquistado, a associação praticamente se desfez, salientando essa característica frágil que esses movimentos montados a partir de relações múltiplas possuem.

Essa fragilidade temporal pode começar a ser compreendida mediante os textos que o sociólogo Zygmunt Bauman concebeu acerca da morfologia social predominante nas sociedades contemporâneas. A sociedade líquida é o resultado das transformações ocorridas no seio da sociedade civil, que nos tornaram atores sociais fragmentados e que são destinados a interagir através de espaços públicos enfraquecidos social e politicamente, graças ao imediatismo promovido pelos novos fluxos comunicacionais. Essa fragmentação das experiências trouxe aos novos movimentos sociais um caráter fortemente emocional que, segundo o autor, tornam esses movimentos episódicos, que não configuram mudanças coerentes e consolidadas dentro de nossas realidades sociais.

Assim, o que permanece é o questionamento: qual a real força política desses movimentos sociais contemporâneos nas sociedades atuais, visto que suas fragilidades são

decorrentes de uma morfologia social que impera na sociedade contemporânea? Fica também o alerta, pois, diferentemente das estruturas frágeis dos movimentos sociais, dentro das novas políticas urbanas voltadas para o planejamento e reorganização das cidades, o que se observa é uma consolidação de um conceito de cidade em que o fluxo de capital toma o lugar dos espaços de interação e questionamentos sociais.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muros**: Crime, segregação e cidadania. São Paulo: editora 34, 2011.

CARVALHO, Edemir de. **A sociabilidade fragmentada na metrópole contemporânea**. Data do depósito: 1998. Número de folhas: 285. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

CASTELLSS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 6ª edição, 2007.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. Fieldnotes. In: **Writing ethnographic fieldnotes.** Chicago: University of Chicago Press, 1995. Tradução para a língua portuguesa por Leandro de Oliveira (Professor do Departamento de Ciências Sociais da URCA).

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social.** São Paulo: Difel, 1976.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão:** política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp. CEM: Cebrap, 2011.

FERREIRA, João S. W. **São Paulo:** o mito da cidade-global. Tese de Doutorado, São Paulo: FAUUSP, 2003.

FIX, Mariana. **São Paulo cidade global:** fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo:** trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre: Penso, 2012

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **História dos movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, 2012a.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2012b.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos:** a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Annablume, 2007.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. (Org.). **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. (Org.). **São Paulo:** novos percursos e atores. São Paulo: 34, 2011.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das cidades. In. ARANTES, OTÍLIA; VAINER, CARLOS; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanches e concertos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARQUES, Eduardo. (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARTINS, Clélia Aparecida; POKER, José Geraldo. (Org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

MAZARINI, Ana Carolina Lirani. **Amoaluz: A associação e seus atores sociais contra uma intervenção indiferente**. Data do depósito: 05/02/2014. Número de folhas: 63. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências.

MELUCCI, Alberto. **Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento**. Novos estudos Ceprab, N. 40. São Paulo: Editora UFRJ, 1996.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Nobel, 1997.

SASSEN, Saskia. **La ville Globale**. Paris: Descartes & Cie., 1996.

_____. **As Cidades na Economia Mundial**, São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Secretaria de Finanças. **Lei nº 12.350, de 6 de junho de 1997**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20101020-04.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 5ª edição, 2011.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Um novo paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Pensar outramente.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **La fin des sociétés.** Paris: Éditions du Seuil, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.